



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LARISSA ALVES DE SOUZA

“Com o Dr. José Américo a pobreza vencerá”:
A CAMPANHA POLÍTICA DE JOSÉ AMÉRICO PARA O GOVERNO DA
PARAÍBA (1950)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729c Souza, Larissa Alves de.

"Com Dr José Américo a pobreza vencerá": a campanha
de José Américo para governo da Paraíba (1950). /
Larissa Alves de Souza. - João Pessoa, 2026.
50 f. : il.

Orientadora : Monique Guimarães Cittadino.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2026.

1. José Américo de Almeida. 2. Campanha eleitoral.
3. Paraíba. I. Cittadino, Monique Guimarães. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 94(813.3)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
SECRETARIA INTEGRADA DE ATENDIMENTO À GRADUAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ata da sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Licenciatura, referente à sessão de defesa do aluno Larissa Alves de Souza, matrícula nº 20200110467, realizada aos 26 (quinta) dias do mês de M a r ç o de 20 2 6, às 1 6 h 0 0 min. Reuniram-se no(a) Auditório 412, UFPB, Campus I, João Pessoa, os membros da Banca Examinadora composta pelos(as) professores (as) Vanderlan Paulo de Oliveira Pereira, Jivago Correia (examinadores) e Monique Guimarães Cittadino (presidente/orientador), com o objetivo de proceder à arguição do Trabalho de Conclusão de Curso de intitulado “Com Dr. José Américo a pobreza vencerá” A Campanha de José Américo para governo da Paraíba (1950)”, como requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Licenciatura Em História. Após a arguição, os membros da Banca reuniram-se para deliberar sobre a nota a ser atribuída ao referido Trabalho de Conclusão de Curso. O(A) presidente da sessão, Prof.(a) Monique Cittadino, comunicou ao aluno(a) e demais presentes que, por decisão da Banca, foi atribuída ao Trabalho de Conclusão de Curso a nota 10,0 (dez), condicionada ao compromisso do aluno fazer os ajustes solicitados pela banca e que tiveram concordância do orientador, sob pena, caso não faça, haver revisão de nota, a menor. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Banca. João Pessoa, 26 de Março de 20 2 6.

Orientador(a)

Examinador(a) 1

Examinador(a) 2

LARISSA ALVES DE SOUZA

“Com o Dr. José Américo a pobreza vencerá”:
A CAMPANHA POLÍTICA DE JOSÉ AMÉRICO PARA O GOVERNO DA
PARAÍBA (1950)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientadora: Prof. Monique Guimarães Cittadino

João Pessoa – PB

2026

“Minha Paraíba amada: vi coisas grandes e mesquinhas, vi o bem e o mal, vi ascensões e vi abismos. Agora, só quero verte a ti. Só quero o regaço maternal que será, depois de tantas lutas, o meu final e doce repouso.” - José Américo de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Dedico tudo o que foi produzido neste trabalho e ao longo dos meus anos de universidade aos meus pais, Sivanilda Alves de Souza e Francisco Valtebergue de Souza, que me criaram para ser uma pessoa boa acima de todas as dificuldades. Sempre foram minha base nos momentos mais duros, meu refúgio nas incertezas e meus maiores incentivadores na educação. Construíram para mim um caminho que eles mesmos não tiveram a oportunidade de trilhar, e é por isso que cada página escrita carrega também o esforço, o amor e os sonhos de vocês.

Às minhas tias e primas, que representam a maior força feminina que conheço e estiveram ao meu lado durante toda essa caminhada. Obrigada, Tia Lane e madrinha Cleneide, por serem presenças constantes da minha infância à vida adulta, por todo cuidado, por cada conselho e por serem exemplos de fé firme e incondicional. As minhas primas Emilly, Jéssica e Gaby, que, de maneiras diferentes e igualmente essenciais, me ajudaram a colocar cada tijolo dessa trajetória, seja nas caronas de moto para que eu chegasse em casa em segurança, nas tardes tranquilas de conversa, nas palavras de incentivo quando o cansaço parecia maior do que eu. E, principalmente, à minha tia Neide, ou Dedé, para os íntimos, que abriu as portas de sua casa e do seu coração para me receber nesses anos e se tornou uma segunda mãe.

Agradeço ao meu companheiro de vida e de alma, que me encontrou antes mesmo de eu iniciar este curso e permaneceu ao meu lado em cada fase. Obrigada, José Lucas, por acreditar em mim até quando eu mesma duvidei, por segurar minha mão nos dias em que nada parecia fazer sentido e por celebrar comigo cada pequena e grande conquista. Você é meu melhor amigo, meu abrigo e a calma em meio às tempestades. Te amo com a certeza de quem encontrou paz em alguém.

Sou imensamente grata aos grandes amigos que a Universidade Federal da Paraíba me deu: Eliana Camylle, Márcio Medeiros e Samuel Duarte. Vocês se tornaram irmãos de uma forma que eu jamais imaginei viver. Obrigada por cada choro compartilhado nos corredores, por cada risada que tornava os dias mais leves, e por cada sonho construído coletivamente. Sinto falta de vocês todos os dias neste período de finalização, e levo comigo a certeza de que nossa amizade ultrapassa qualquer distância.

Aos amigos que passaram pelo meu caminho na universidade e que, mesmo por pouco tempo, tornaram os momentos intensos e especiais: Kamilly, Dayse, Nathalie, Izabelly, Madu e Junior, agradeço por terem deixado marcas bonitas em uma fase tão importante da minha vida.

Agradeço também aos amigos que a vida afastou e reaproximou, mas que fazem parte da minha formação como pessoa. Cada encontro, cada despedida e cada reencontro ajudaram a moldar quem eu sou hoje.

Aos meus professores e formadores, que construíram o caminho da educação para mim desde o ensino básico até o ensino superior, deixo minha profunda gratidão. Sou especialmente grata aos que surgiram com o projeto Manuscritos de José Américo e contribuíram para minha formação como profissional e pesquisadora: Danielle Alves, Thiago Medeiros, Mozart Vergetti e Jivago Barbosa. Aos professores do Departamento de História, em especial Jonas Duarte, Vanderlan Paulo e Tiago Bernardon, agradeço por cada aula, cada provocação intelectual e cada conversa sensível.

Sou profundamente grata à minha orientadora, Dra. Monique Cittadino, que aceitou me orientar e conduziu este trabalho com seriedade, cuidado e generosidade intelectual. Obrigada pela paciência, pelos apontamentos precisos, e por ser exemplo constante de pesquisadora comprometida e humana. Está escrita carrega muito da sua orientação e da sua confiança em mim.

Ao meu cachorro Darth Vader, que iluminou minha vida ao longo desses dez anos e foi companheiro nas pausas para respirar. Seu carinho foi, muitas vezes, o conforto mais simples e mais necessário.

Agradeço também ao BTS, com quem caminhei por onze anos em busca do mar e, finalmente, o encontramos. Entre letras, fases e amadurecimentos, encontrei força, consolo e esperança em vocês.

Por fim, agradeço à Larissa de 16 anos, que não desistiu do mundo que a cercava, mesmo quando ele parecia duro demais. Foi ela quem suportou o peso da estrada quando ela parecia longa demais. Hoje, eu caminho com a certeza de que cada passo valeu a pena.

RESUMO

O presente trabalho analisa a campanha eleitoral de 1950 para o governo do estado da Paraíba, com ênfase na construção discursiva e nas estratégias políticas mobilizadas em torno da candidatura de José Américo de Almeida. Inserida no contexto de reorganização política do pós-Estado Novo, a disputa eleitoral revelou intensas polarizações entre grupos políticos locais, marcadas pela formação de alianças heterogêneas, pela mobilização popular e pela ampliação do uso da propaganda política como instrumento de disputa simbólica. A pesquisa investiga como episódios de violência, comícios, manifestações públicas, materiais de campanha e produções culturais foram apropriados e ressignificados politicamente, contribuindo para a construção da imagem pública do candidato e para a consolidação de narrativas de legitimação eleitoral. Metodologicamente, o estudo baseia-se na análise de fontes impressas, especialmente periódicos da época, além de memórias políticas e bibliografia historiográfica sobre o período, buscando compreender não apenas os acontecimentos, mas os sentidos políticos atribuídos a eles pelos agentes envolvidos. Argumenta-se que a campanha americista estruturou um discurso que associava a candidatura a instrumentos de massa popular e à crítica ao autoritarismo adversário, transformando conflitos e acontecimentos específicos em instrumentos de mobilização política.

Palavras Chaves: José Américo de Almeida; 1950; Campanha Eleitoral; Paraíba.

ABSTRACT

This study analyzes the 1950 electoral campaign for the government of the state of Paraíba, emphasizing the discursive construction and the political strategies mobilized around the candidacy of José Américo de Almeida. Situated within the context of political reorganization following the end of the Estado Novo, the electoral dispute revealed intense polarization among local political groups, marked by the formation of heterogeneous alliances, popular mobilization, and the expanded use of political propaganda as an instrument of symbolic struggle. The research examines how episodes of violence, rallies, public demonstrations, campaign materials, and cultural productions were politically appropriated and re-signified, contributing to the construction of the candidate's public image and to the consolidation of narratives of electoral legitimacy. Methodologically, the study is based on the analysis of printed sources, especially contemporary newspapers, as well as political memoirs and historiographical literature on the period, seeking to understand not only the events themselves but also the political meanings attributed to them by the actors involved. It is argued that the *americista* campaign structured a discourse that associated the candidacy with the defense of popular sectors and with criticism of the opponent's authoritarianism, transforming conflicts and specific events into instruments of political mobilization.

Key Words: José Américo de Almeida; 1950; Election Campaign; Paraíba.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DA DITADURA À DEMOCRACIA: O REORDENAMENTO POLÍTICO NACIONAL ENTRE 1945–1950.....	12
1.1. A queda de Vargas e a reorganização do cenário Político.	12
1.2. O governo Dutra e as contradições da nova democracia.....	14
2. A POLÍTICA PARAIBANA NO PÓS-ESTADO NOVO: NOVAS ALIANÇAS E VELHAS ESTRUTURAS.....	19
2.1. Reorganização da ordem oligárquica e reconfiguração política no pós-1930.....	19
2.2 Redemocratização e recomposição das forças partidárias na Paraíba.	23
3. “REDENTOR DOS POBRES”: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE JOSÉ AMÉRICO EM 1950.....	27
3.1 A pré-campanha e a formação do campo americista.	29
3.2 A escalada do conflito e a dinâmica da campanha eleitoral.	32
3.3. “Política que degrada e infelicita a Paraíba”.	37
3.4. A vitória de 1950 e a eficácia simbólica do “redentor dos pobres”.	39
4.CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A historiografia política tem sido historicamente moldada pela relação entre poder e construção do conhecimento. Como relata Francisco Falcon em *História e Poder* (1997), a história política tradicional frequentemente privilegiava certos grupos no poder, por apresentar uma visão social e economicamente restrita. Nessa perspectiva positivista, a memória da sociedade era reduzida à memória de figuras centrais, e os instrumentos históricos se limitavam a documentos oficiais e institucionais.

Durante o século XX, com o refinamento da Nova História Cultural e o surgimento de novas correntes, como a Escola dos Annales, “a História Política passará a compreender, a partir daí, não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas também as representações sociais ou coletivas” (Falcon, 1997, p. 119). Nomeada de Nova História Política, essa renovação busca compreender o exercício do poder de forma mais ampla, considerando as interações entre grupos políticos e a sociedade, observando a participação de todos os atores nesse jogo político. A partir dessa abordagem, torna-se possível compreender de forma mais abrangente os processos de transição democrática e as mobilizações eleitorais, como as que marcaram o cenário brasileiro após a queda do Estado Novo.

O processo de redemocratização brasileira, iniciado após o colapso do Estado Novo em 1945, marcou um dos momentos mais complexos e ambíguos da história política nacional. A queda do regime de Getúlio Vargas coincidiu com um contexto de intensas transformações sociais, econômicas e culturais, tanto no âmbito nacional quanto internacional, refletindo-se diretamente nas práticas eleitorais e nas novas formas de relação entre Estado e sociedade. Como observa Skidmore (1982, p. 79), o fim desse período teve consequências profundas para a política brasileira: sob a sombra da imagem de Vargas, o Estado nacional reagiu à redemocratização por meio da criação de novos sistemas legais e eleitorais, do fortalecimento de partidos antes à margem do poder e da crescente mobilização popular, especialmente a partir do movimento queremista, da ampliação do colegiado eleitoral e do aumento dos sindicatos.

Dentro desse contexto, o fenômeno populista, amplamente explorado por Getúlio Vargas e por outros políticos da época e períodos subsequentes, configurou-se como um conceito complexo e multifacetado, interpretado de maneiras distintas pelas diferentes vertentes historiográficas e sociológicas, variando conforme o tempo e o contexto de sua produção. Para

autores como Francisco Weffort e Octavio Ianni, o populismo representou uma forma de política de massas, que abriu espaço para atuação de grupos populares, liderados e conquistados por figuras carismáticas que exerciam tipos manipulação discursiva para uma população inicialmente desprovida de consciência de classe completa e autonomia política. Em contraposição, após a década de 80, autores como Ângela de Castro Gomes preferem empregar o termo “trabalhismo”, e Jorge Ferreira, que semelhante ela, compreendem que o fenômeno envolvia espaços reais de negociação e de construção de identidades políticas populares, ainda que limitados, mas efetivamente apropriados por uma classe trabalhadora em processo de organização sindical e mobilização social.

Na Paraíba, o cenário assumiu contornos particulares. O estado, marcado por desigualdades estruturais, por uma economia majoritariamente agrícola, pela persistência de práticas políticas de personalismo e paternalismo, tornou-se palco de disputas que refletiam e ao mesmo tempo reinterpretavam as tendências nacionais. Como ressalta Cittadino (1998, p. 53), diante das transformações sociais do período, “as classes dominantes procuraram adequar-se à nova realidade, transformando seus métodos de controle político”. Nesse contexto, o processo de reestruturação democrática no estado indicava “rupturas nas relações de poder local que aconteciam gradativamente” (Silva, 2020, p. 44), mas, ao mesmo tempo, assumia um caráter estratégico, funcionando como uma forma de rearticulação do poder tradicional frente às novas demandas democráticas e sociais emergentes.

É nesse cenário de transição política e social que se insere a campanha de José Américo de Almeida ao governo da Paraíba, em 1950. Renomado político e escritor paraibano, José Américo destacou-se como uma das principais lideranças da região Nordeste durante o Movimento de 1930, além de ter adquirido notoriedade nacional ao chefiar o Ministério da Viação e Obras Públicas, quando ficou conhecido como o “redentor das secas”.

A construção dessa imagem pública exerceu papel central em sua campanha eleitoral, marcada por uma intensa mobilização em torno de sua figura e de seus discursos de justiça social e progresso econômico. Entretanto, como demonstram autoras como Monique Cittadino (1998) e Bárbara Bezerra Silva (2015), o discurso progressista de José Américo contrastava com uma prática política profundamente vinculada às estruturas oligárquicas regionais, evidenciando as contradições entre o ideal redentor e a continuidade das antigas formas de poder. Assim, a análise de sua campanha eleitoral permite compreender não apenas as estratégias políticas e os símbolos mobilizados para conquistar o eleitorado, mas também os

mecanismos de adaptação e perpetuação do poder tradicional no contexto da redemocratização paraibana.

Desse modo, o presente trabalho fundamenta-se nos pressupostos da Nova História Política, que propõe uma ampliação do olhar historiográfico ao analisar os agentes e os processos políticos em suas dimensões institucionais, sociais e culturais, superando a perspectiva tradicional centrada exclusivamente nos “grandes homens” e nos eventos de cúpula. Teoricamente, esta pesquisa apoia-se na compreensão do cenário político nacional e nas múltiplas interpretações do fenômeno populista e trabalhista, conforme discutido por autores como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, cuja produção oferece bases essenciais para entender a dinâmica política do Brasil na redemocratização. A partir desses referenciais, o estudo busca, ainda, um recorte regional, apoiando-se na obra de Monique Cittadino, que analisa como essas teorias encontram o cenário no Estado da Paraíba, tendo em vista o contexto distinto que existia na região. No campo da análise discursiva, o trabalho também dialoga com as contribuições de Patrick Charaudeau, especialmente no que se refere à compreensão do discurso político como prática de construção de sentidos, de produção de credibilidade e de estabelecimento de vínculos simbólicos entre orador e público, elementos fundamentais para a análise dos pronunciamentos e estratégias retóricas mobilizadas na campanha de José Américo.

Outros autores, como Thomas Skidmore, Alessandro Batistella, Antônio Negro e Fernando da Silva, são mobilizados como fundamentos bibliográficos para a compreensão dos processos históricos e sociais que marcaram o país entre 1945 e 1950. Suas contribuições permitem contextualizar as transformações políticas e fortalecimento das instituições democráticas.

No que se refere à análise do contexto regional e das práticas eleitorais de José Américo de Almeida, são utilizadas as contribuições de pesquisadores que se dedicaram às especificidades da política paraibana e nordestina, como Jean Blondel (1957), Josué Sylvestre (1982), Aspásia Camargo (1984), Jivago Correia Barbosa (2011), Bárbara Bezerra Silva (2015), e Carla Schayane Costa Silva (2020). Além da base bibliográfica, a pesquisa apoia-se em um conjunto de fontes primárias que oferecem sustentação metodológica e ilustração histórica ao estudo. Entre elas, destacam-se matérias publicadas nos jornais *A União*, *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã*, bem como documentos arquivísticos provenientes do *Arquivo dos Governadores* da Fundação Casa de José Américo e da coletânea apresentada por Josué Sylvestre em sua obra jornalística. Essas fontes permitem uma leitura mais ampla e crítica da

campanha de 1950, articulando o discurso político, a atuação da imprensa e as práticas eleitorais que caracterizaram o período.

Portanto, ao articular teoria, fontes e contexto, o presente trabalho busca compreender de que maneira a campanha política de José Américo de Almeida expressou as contradições entre os processos de modernização presentes na redemocratização brasileira e a permanência das tradições do domínio oligárquico na Paraíba. Nesse sentido, também analisa as características discursivas e as estratégias de campanha mobilizadas em torno da candidatura, situando a construção de sua figura política no interior dos debates historiográficos sobre populismo e trabalhismo.

1. DA DITADURA À DEMOCRACIA: O REORDENAMENTO POLÍTICO NACIONAL ENTRE 1945–1950.

1.1. A queda de Vargas e a reorganização do cenário político.

“Nesta hora não me nego a falar. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é uma hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos...” Dessa forma, o escritor e político José Américo de Almeida inicia sua famosa entrevista ao *Correio da Manhã*, publicada em 22 de fevereiro de 1945, nos últimos momentos da ditadura do Estado Novo. Embora não tenha sido uma das figuras centrais no processo de queda do regime varguista, José Américo se tornou memorável ao evidenciar o enfraquecimento da censura, passando a convocar a população e seus colegas a defenderem a volta da democracia, destacando a necessidade de uma reforma eleitoral que excluísse a presença de Getúlio Vargas.

Esse episódio é marcante para compreender o ano de 1945, símbolo do colapso do Estado Novo. A queda do governo de Vargas resultou de múltiplos fatores, incluindo as pressões internacionais decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial e da condenação do fascismo pela sociedade mundial, e a crescente insatisfação de setores da classe média e militares frente às restrições impostas pelo regime.

Como analisa Thomas Skidmore (1982), já em 1944, Vargas e seus aliados percebiam o enfraquecimento de sua base de sustentação, por meio das tensões internas e externas. Diante disso, o presidente pretendia iniciar uma tentativa de transição democrática sobre o seu

controle, marcando as eleições para o fim daquele ano e adotando medidas que sinalizavam a liberalização do regime, como a promulgação de um novo Código Eleitoral e a anistia aos presos políticos.

Nesse cenário de abertura política, emergiram os primeiros grandes partidos da nova fase democrática, que lançaram seus candidatos para as eleições ainda em 1945. A **União Democrática Nacional (UDN)**, primeiro partido a ser fundado, apoiou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e representava a principal oposição ao Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas. Era composta por políticos de origens diversas, muitas vezes com posições ideológicas distintas, mas unidos pelo ideal de romper com o legado varguista.

O Partido Social Democrático (PSD), por sua vez, “tinha viés conservador e seu eleitorado preferencial era a população rural do país” (Ferreira, 2019, p. 20), reunindo antigos interventores e administradores ligados ao Estado Novo que buscavam manter certa continuidade política e administrativa. Dentro desse partido, o general Eurico Gaspar Dutra foi lançado como candidato à presidência, representando uma alternativa moderada e institucional à figura de Vargas.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiu como o herdeiro direto da política trabalhista varguista, tendo como base de sustentação os sindicatos e os setores populares urbanos. Além desses, destacava-se também o Partido Comunista do Brasil (PCB), recentemente legalizado após anos de perseguição, liderado por Luís Carlos Prestes¹ e apoiador da candidatura de Iedo Fiúza².

No entanto, essa transição não permaneceu restrita às discussões nas esferas mais altas da sociedade, sendo rapidamente abraçada por uma parte significativa da população em transformação: os trabalhadores, que se manifestaram por meio do lema “Queremos Getúlio!”. O queremismo ganhou popularidade e força nas ruas, tornando-se, nas palavras de Jorge Ferreira (2019, p. 14), a expressão de “uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles”. O movimento representou uma forma dos trabalhadores expressarem suas vontades e

¹ Luís Carlos Prestes (1898–1990) foi um militar e político brasileiro, líder da Coluna Prestes (1925–1927) e uma das figuras mais influentes do comunismo no país. Após anos de exílio e prisão, tornou-se secretário-geral do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, durante a redemocratização de 1945, voltou à cena política, defendendo reformas sociais e a ampliação dos direitos dos trabalhadores.

² Yedo Fiúza (1894–1975) foi um engenheiro e político brasileiro, conhecido por ter sido prefeito de Petrópolis após o Movimento de 20 e pela candidatura à Presidência da República em 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora não se considerasse comunista.

seus temores: lembravam o passado recente de conquistas sociais e temiam um futuro incerto sem as leis trabalhistas que associavam à figura de Getúlio Vargas. Ao defenderem a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio”, buscavam assegurar que os direitos sociais conquistados desde a década de 1930 fossem preservados e consolidados em uma nova Constituição democrática.

Temendo o crescente apoio político e civil que Getúlio Vargas vinha recebendo, e receosos de que ele pudesse se aproveitar do momento para realizar manobras que lhe garantissem a permanência no poder ou até mesmo anunciar sua candidatura à presidência, as Forças Armadas, sob o comando do ministro da Guerra Góes Monteiro, decidiram intervir. No dia 29 de outubro de 1945, anunciaram a deposição de Vargas, pondo fim ao Estado Novo. Em seguida, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu interinamente o comando do país até a realização das eleições oficiais, ainda naquele ano. É importante destacar, como observa Thomas Skidmore (1982), que essa tomada do poder não foi resultado de uma aliança entre os militares e a oposição civil, mas sim um ato de força conduzido pelo alto escalão do Exército.

Apesar da deposição e do subsequente isolamento em uma pequena cidade do interior do Brasil, Getúlio Vargas continuava presente no cenário político nacional. Sua influência permanecia significativa, especialmente entre os trabalhadores e setores que haviam se beneficiado de suas políticas sociais. De acordo com Silva (2020, p. 29), o apoio de Vargas, manifestado de última hora por meio de uma breve nota de anuência à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, foi decisivo para garantir a vitória do candidato nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Assim, paradoxalmente, o fim da ditadura do Estado Novo ocorreu ainda sobe influência do próprio ditador, que, mesmo afastado do poder, contribuiu de forma determinante para a consolidação da nova etapa democrática brasileira.

1.2.O Governo Dutra e as Contradições da Nova Democracia

Com a posse de Eurico Gaspar Dutra, em janeiro de 1946, o Brasil inaugurava formalmente um novo período democrático, marcado pelo encerramento do Estado Novo e pela expectativa de reconstrução das instituições políticas. Historicamente, Dutra apresentou-se como o “presidente da união nacional”; no entanto, como observa Benevides (1981, p. 41), “este governo não foi de união nacional, mas de coalizão partidária (PSD-UDN-PR) e tampouco

de pacificação, mas de intensa repressão ao movimento operário e à atuação dos comunistas”. A promulgação da Constituição de 1946 ajudou a difundir a imagem de um governo conciliador e democrático, mas, na prática, o autoritarismo e o controle político continuaram a marcar a atuação presidencial.

A nova Constituição restabeleceu direitos civis e políticos, o pluripartidarismo e as eleições diretas, configurando o marco institucional da Terceira República brasileira. Sua promulgação representou um avanço significativo para a consolidação da democracia, ao garantir o voto popular (Ainda que com a exclusão da população analfabeta), como base da legitimidade do poder, e ao reafirmar princípios como a liberdade de expressão, de associação e de organização partidária. O novo texto constitucional também reintroduziu o equilíbrio entre os poderes e delimitou novamente a atuação do Executivo, medida que já vinha sendo aplicada por Getúlio Vargas em 1945.

Apesar desses avanços formais, a prática política manteve-se centralizadora e restritiva. O governo Dutra, influenciado pelo alinhamento à política externa dos Estados Unidos e pelo rompimento diplomático com a União Soviética, consolidou uma postura anticomunista que já se fortalecia desde o final do Estado Novo. Essa posição foi intensificada pelo contexto da Guerra Fria e pelo papel de oposição assumido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que criticava a dependência econômica e política do Brasil em relação ao capital estrangeiro.

No campo econômico, o governo adotou políticas de orientação liberal, marcadas pela abertura às importações e pelo incentivo ao capital internacional, o que provocou uma rápida dilapidação das reservas cambiais acumuladas durante a guerra. Benevides (1981, p. 41), citando Paul Singer, destaca que o governo “realizou os melhores desejos da burguesia industrial: elevou a taxa de exploração do proletariado e transferiu para a indústria uma parte substancial do produto da exploração do campesinato”. Essa política econômica, voltada à estabilidade monetária e à contenção de gastos públicos, acabou gerando impactos sociais profundos, com o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora e o aumento das tensões entre o Estado e os movimentos operários.

Nesse contexto de insatisfação social e fortalecimento das mobilizações populares, o governo reagiu com repressão. Entre 1946 e 1947, registraram-se oitenta e sete greves em todo o país, levando o Estado a intervir diretamente em sindicatos e a cassar mandatos parlamentares de comunistas (BENEVIDES, 1981, p. 42). A perseguição ao PCB tornou-se constante. Como observa Skidmore (1989), os confrontos entre militantes comunistas e as forças policiais

ocorreram de forma recorrente, e o presidente chegou a demitir todos os funcionários públicos ligados ao partido. Com o crescimento do apoio popular aos comunistas, especialmente entre os setores mais pobres da população, Dutra decidiu incluir na Constituição um “dispositivo legal mediante o qual os partidos ‘antidemocráticos’ poderiam ser impedidos de participação aberta na política” (SKIDMORE, 1989, p. 93). Esse mecanismo representou o auge da repressão política, permitindo que o PCB fosse declarado fora da lei e colocado oficialmente em situação de ilegalidade.

Nesse sentido, a análise de Carla Silva (2020, p. 32) ajuda a compreender como a transição democrática daquele período ocorreu em meio a contradições, permanências e tentativas de renovação política.

O cenário mudou, mas os atores eram praticamente os mesmos. A construção democrática foi, portanto, conturbada, e entre permanências e rupturas, o novo regime buscava ganhar consistência. Cabe ressaltar, portanto, que embora as mesmas elites conduzissem o processo político, isso não significou a ausência de avanços nesse período. Apesar das limitações e dos obstáculos, a democracia não foi menos presente nesse momento. Sobretudo porque não se pode conceber a ideia de uma democracia plena ou ideal, uma vez que a democracia é dinâmica, complexa e flexível (Silva, 2020, p.32).

Diante desse contexto, o período entre 1945 e 1950 revela-se decisivo para a consolidação do novo cenário político brasileiro, preparando o terreno para a eleição de 1950. O aumento da participação eleitoral, não apenas nos grandes centros, mas também no interior, somado à atuação crescente das organizações sociais formadas nos anos anteriores e fortalecidas pelas mudanças constitucionais, abriu espaço para novas formas de participação política. Como relata Jean Blondel (1957), “o espírito público havia mudado...”, indicando que, apesar das limitações e das tensões, a sociedade brasileira começava a experimentar práticas políticas mais inclusivas e mobilizadoras.

Dentro desse espaço político, Getúlio Vargas caminhava para a continuidade de seu legado, preparando sua candidatura à presidência em outubro de 1950 pelo PTB. O político passou a buscar o retorno de antigos aliados e a angariar novos apoios partidários como de Ademar Barros³, e entre setores do Exército, para garantir estabilidade e segurança política. No entanto, foi no apoio popular, evidenciado pelas mobilizações queremistas nos anos anteriores,

³ Ademar de Barros (1901–1969) foi um político brasileiro, filiado inicialmente ao Partido Social Democrático (PSD), que exerceu grande influência em São Paulo. Foi duas vezes governador do estado (1947–1951 e 1963–1966) e prefeito da capital paulista. Conhecido por seu estilo populista e pelo lema “Rouba, mas faz”, tornou-se uma figura controversa, simbolizando a mistura de clientelismo, desenvolvimento regional e política de massas na história política brasileira do período pós-Estado Novo.

que Vargas encontrou o fundamento principal para reafirmar seu prestígio e consolidar sua ascensão ao cargo mais alto da política brasileira.

Nesse contexto, emergiu com maior intensidade no Brasil, centrado em figuras como Getúlio Vargas, o fenômeno conhecido como populismo. Esse conceito, que possui seus primeiros passos no Brasil ainda nos anos 30, passou a designar um tipo de política de massas marcada pela valorização do líder carismático e pela mediação entre Estado e classes populares (Batistella, 2012, p.04). O populismo, entretanto, não foi um fenômeno isolado, mas parte de um processo histórico mais amplo de construção de identidades políticas em uma sociedade em modernização, na qual as massas urbanas começavam a se organizar e a reivindicar direitos.

Como verifica Batistella (2012, p. 11), as análises sobre esse conceito apresentam divergências significativas que refletem tanto os contextos históricos em que foram produzidas quanto os referenciais teóricos adotados pelos pesquisadores, configurando um campo de estudos marcado por complexidade e controvérsia, que ao ser tão estudado e por muitas vezes banalizado, torna-se um termo utilizado de forma superficial, nominado fenômenos muito distintos entre si.

Sob a ótica da chamada teoria da modernização, autores como Gino Germani e Torcuato Di Tella interpretaram o populismo como um fenômeno de transição entre a sociedade tradicional e a moderna, caracterizado pela incorporação das massas camponesas recém-chegadas ao espaço urbano, mas sob a mediação de um Estado clientelista. Esses estudos influenciaram fortemente as pesquisas brasileiras, especialmente as de Francisco Weffort e Octavio Ianni, ao longo da década de 1960.

Weffort empregou o termo “pacto populista” para descrever um acordo implícito entre o Estado e a população, sustentado em um tripé formado por repressão, manipulação e satisfação (BATISTELLA, 2020, p. 6). Tal pacto permitia a manipulação das classes urbanas por meio da satisfação moderada de suas demandas, mantendo-as politicamente integradas, mas subordinadas ao Estado. De forma complementar, Ianni compreendeu o populismo como uma política de transição, cujo esgotamento culminou no golpe civil-militar de 1964. Conforme alegam Ianni e Weffort, esse processo foi marcado pela presença de uma ampla massa de trabalhadores facilmente manipulável, cuja relação com um político carismático, como pode-se identificar na figura de Vargas, se dava de modo assimétrico e dependente, evidenciando os limites estruturais do modelo populista no contexto brasileiro.

Em oposição a essa abordagem, as investigações desenvolvidas a partir dos referenciais da história social e da antropologia política, influenciadas por E. P. Thompson⁴, promoveram uma nova leitura do fenômeno populista, enfatizando a ação histórica e a capacidade de protagonismo dos trabalhadores. Nessa vertente interpretativa, destacam-se as contribuições de Ângela de Castro Gomes (1988), que analisa esse período não a partir do conceito de populismo, mas o compreende como um “pacto trabalhista”, uma relação dinâmica e negociada entre o Estado e as classes populares, sublinhada pela apropriação dos instrumentos de poder pelos trabalhadores sindicais. Assim, construindo novas possibilidades por meio de suas próprias experiências, como destaca Alessandro Batistella:

O pacto trabalhista proposto por Ângela de Castro Gomes difere-se do “pacto populista”, uma vez que constituía um “pacto de reciprocidade”, de “reconhecimento de valores”, de “gratidão” e de “retribuição” (que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940), enquanto o “pacto populista” é apenas baseado em trocas utilitárias, em que ganhos materiais eram trocados por obediência política. (Batistella, 2020, p.12)

Influenciado por Castro Gomes, Jorge Ferreira (2001) também interpreta esse período de redemocratização e reconstrução da política varguista, rejeitando o termo populismo. Elio Chaves Flores expõe que o autor interpreta “o período da história republicana em que as relações entre Estado e trabalhadores se identificavam por uma fama de interesses comum” (2002, p.212). No caso brasileiro, o populismo varguista condensou essas tensões, sendo interpretado simultaneamente como instrumento de acordo e espaço de mobilização política, onde se articulavam as linguagens do Estado e de políticos centrais, com as vozes das classes trabalhadoras.

Portanto, diante desse cenário, o processo de redemocratização iniciado após a queda do Estado Novo revelou-se mais complexo do que uma simples restauração das instituições democráticas. Nesse ambiente, o populismo começou a se firmar como uma nova forma de fazer política, combinando a aproximação entre líderes e massas com a manutenção das velhas estruturas de poder. A promessa de inclusão social coexistia com a necessidade de controle político, o que gerava um equilíbrio frágil entre modernização e conservadorismo. Essas contradições, visíveis no cenário nacional, também se manifestaram nas realidades regionais,

⁴ E. P. Thompson (1924–1993) foi um historiador britânico ligado à tradição marxista humanista, autor de obras fundamentais como *A formação da classe operária inglesa* (1963). Sua abordagem destacou a agência histórica dos trabalhadores e a importância da experiência e da cultura na construção das classes sociais, influenciando profundamente a Nova História Social e os estudos sobre o populismo e o trabalhismo no Brasil.

onde um possível discurso populista, combinado às práticas políticas locais assumiram contornos próprios. No caso da Paraíba, compreender como esse contexto se desdobrou permite observar de que maneira as transformações nacionais influenciaram as alianças, os partidos e as lideranças regionais no início da redemocratização.

2. A POLÍTICA PARAIBANA NO PÓS-ESTADO NOVO: NOVAS ALIANÇAS E VELHAS ESTRUTURAS.

2.1. Reorganização da ordem oligárquica e reconfiguração política no pós-1930.

O declínio do Estado Novo, em 1945, inaugurou na Paraíba um processo de reorganização política que, assim como no âmbito nacional, não significou um rompimento completo com o passado recente, mas a permanência de continuidades estruturais que se adaptaram ao novo cenário político que era construído no país, produzindo reduzidas transformações no meio civil e notáveis conservações. A redemocratização, nesse sentido, abriu espaço para novas formas de atuação política, sem, contudo, desarticular por completo as bases de poder já consolidadas nas décadas anteriores.

Esse cenário, entretanto, não constituía uma contrariedade no estado e, para compreendê-lo, torna-se essencial retomar o papel desempenhado pelo Movimento de 1930 e pelo Estado Novo no processo de conformação de novas dinâmicas politicamente democráticas, ainda que sustentadas pelas mesmas elites oligárquicas tradicionais. Observa-se que, durante a Primeira República (1889–1930), o espaço político paraibano foi marcado por disputas, acordos e pelo controle exercido por grupos oligárquicos antagônicos: o Alvarismo, encabeçado por Álvaro Machado, e o Epitacismo, centrado na figura de Epitácio Pessoa.

Nesse enquadramento, conforme explicam os pesquisadores Martinho Guedes e Mariana Karen Alves (2023), configurou-se uma dinâmica política de caráter personalista, que viria a se reproduzir apesar das sucessivas mudanças institucionais observadas na região. A centralidade dos indivíduos sobrepunha-se aos ideários partidários e às próprias instituições políticas, evidenciando a permanência de práticas e estruturas de poder que atravessaram distintos regimes e conjunturas históricas.

Com o advento do Movimento de 1930, que resultou no fim da política oligárquica do “café com leite”⁵ e na deposição de Washington Luís do poder, iniciou-se no Brasil o “Período Varguista (1930-1945)”. O novo regime, ao propor o desmonte das heranças institucionais da Primeira República, implementou um acentuado centralismo político em favor do poder federal, valendo-se da política de interventorias como instrumento de controle e reorganização do poder nos estados. Esse processo, contudo, não implicou a eliminação das elites tradicionais paraibanas; ao contrário, possibilitou sua adaptação às novas engrenagens do Estado varguista, uma vez que as interventorias e os principais cargos da burocracia estadual passaram a ser ocupados, em grande medida, por herdeiros ou por indivíduos diretamente vinculados a essas antigas lideranças políticas.

Nesse contexto, as famílias políticas tradicionais conseguiram manter-se nos espaços decisórios ao incorporarem a linguagem, os discursos e as estruturas do novo regime, preservando redes de influência assentadas no mando local, no controle administrativo e nas relações pessoais. Como destaca Monique Cittadino:

(...) em estados como a Paraíba, não significou uma alteração na estrutura de poder local, nem tão pouco a desagregação do coronelismo enquanto sistema de dominação. Ao contrário, a estrutura agrária permaneceu intocada, permitindo que os grupos oligárquicos da Primeira República continuassem a deter a hegemonia política no estado e que a política coronelística sobrevivesse, continuando a constituir o fundamento do exercício do poder político a nível local (Cittadino, 1998, p. 16–17).

Desse modo, é a partir desse período marcado por mudanças e permanências que se consolida a ascensão política de José Américo de Almeida na Paraíba. Advogado, escritor e político paraibano, esteve diretamente vinculado ao Movimento de 1930, atuando como uma das principais lideranças do levante no Norte do país e, posteriormente, como interventor provisório do estado e ministro da Viação e Obras Públicas (1930–1934).

Essa trajetória desempenhou papel fundamental na construção de sua projeção política como um dos quadros centrais do novo regime varguista, estabelecendo uma influência expressiva, sobretudo em âmbito regional, e consolidando sua imagem pública como figura

⁵ Expressão utilizada para designar o arranjo político predominante durante a Primeira República (1889–1930), caracterizado pela alternância no poder presidencial entre as oligarquias de São Paulo, principal produtor de café, e de Minas Gerais, associada à produção leiteira. Tal política baseava-se em acordos entre elites regionais, no controle dos processos eleitorais e na exclusão efetiva de outros grupos políticos da disputa pelo poder federal.

central no chamado “combate às secas” no Norte do país. O chamado *americismo*⁶ estruturou-se, nesse sentido, como um projeto político de caráter *personalista*, fortemente ancorado na figura do líder, em sua trajetória intelectual e em sua proximidade com Getúlio Vargas, elementos que lhe conferiam legitimidade tanto no plano estadual quanto no nacional.

No entanto, como observa Silva (2015), embora discursivamente associado à modernização administrativa e à superação das práticas da Primeira República, José Américo de Almeida manteve alianças com lideranças políticas tradicionais por meio de uma incorporação seletiva desses grupos, sendo ele próprio detentor de conexões políticas familiares, a exemplo de seu tio, Monsenhor Walfredo Leal, influente figura da política paraibana durante a Primeira República. Ainda assim, sua atuação política esteve orientada por um esforço de maior centralização do poder em consonância com o projeto varguista, buscando subordinar as dinâmicas locais às diretrizes do governo federal. Essas continuidades, expressas nas formas de articulação política e de mobilização de apoios, seriam posteriormente reativadas e ressignificadas, produzindo desdobramentos que serão examinados ao longo deste capítulo e aprofundados na análise da campanha política de José Américo de Almeida em 1950.

Durante o pós-1930, outra figura destacou-se tanto nas políticas de intervenção do governo federal quanto no processo de reorganização das famílias da elite local voltadas à manutenção do poder: Argemiro de Figueiredo⁷. Oriundo do seio das oligarquias paraibanas, com forte inserção política em Campina Grande, Argemiro viria a se tornar, anos mais tarde, uma das principais lideranças da oposição a José Américo de Almeida, especialmente no contexto eleitoral de 1950. Seu poderio político começou a ser construído ainda na década de 1930, a partir do apoio ao Movimento de 1930 e de sua atuação junto aos governos interventores que se sucederam no estado, como o de Gratuliano Brito.

A consolidação de sua posição ocorreu, sobretudo, com sua indicação por José Américo para assumir o governo do estado em 1935, escolha que, conforme aponta Waniéry Loyvia Silva, teve como objetivo “evitar dissidências intrapartidárias e maiores desgastes entre os blocos de poder existentes” (Silva, 2017, p. 55). Diferentemente da orientação centralizadora buscada por José Américo, a gestão de Argemiro caracterizou-se por uma reaproximação mais

⁶ Para mais informações, sugere-se a leitura de SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. O poder político de José Américo de Almeida: a construção do *americismo* (1928-1935). 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

⁷ Para mais informações, sugere-se a leitura de SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940). 2017. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

direta com as antigas dominâncias locais, ampliando os espaços de atuação das oligarquias tradicionais. Sua administração foi marcada por práticas autoritárias, sobretudo no trato com os trabalhadores locais e com os chamados “subversivos”, em especial os comunistas, acompanhando o endurecimento político observado em escala nacional.

Observa-se, a partir desse contexto, a construção do *argemirismo*, orientado pela formação de uma base política sólida e relativamente autônoma, capaz de rivalizar e confrontar o grupo americista. Foi com base nesse arranjo que o poder das elites oligárquicas passou a ser redefinido no estado (Silva, 2017, p. 82), com uma reaproximação ainda mais explícita das antigas oligarquias paraibanas aos seus espaços tradicionais de dominação política, permitindo a Argemiro de Figueiredo manter significativo controle político mesmo após a instauração do Estado Novo, em 1937.

Esse fortalecimento do argemirismo ocorreu paralelamente ao *afastamento político* de José Américo de Almeida, que, naquele momento, vinha de uma campanha política à Presidência da República frustrada pelo golpe. O então ex-ministro afastou-se da vida pública-política por 7 anos (1938-1945), “nesse período, embora não quisesse permanecer junto a qualquer função vinculada ao governo, voltou a ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União” (Barbosa, 2012, p.109), deslocando-se assim do centro político.

Levando isso em consideração, o período ditatorial na Paraíba foi marcado pela continuidade da centralização do poder em torno de figuras dominantes, sem que isso significasse o abandono da política personalista. Ao contrário, essa lógica mostrou-se fundamental para a reorganização e a aglutinação do poder das elites locais (Guedes; Alves, 2023, p. 148). A presença de figuras interventoras, como Argemiro de Figueiredo, que continuou no poder até 1945, e Rui Carneiro⁸, constitui uma dimensão persistente da cultura política paraibana desde a Primeira República, projetando seus efeitos para o cenário imediatamente posterior ao Estado Novo, ainda que, esse processo não ocorresse de forma estática, uma vez que a conjuntura do pós-ditatorial introduziu mudanças institucionais e rearranjos políticos que, embora limitados, alteraram parcialmente as formas de atuação de alguns políticos.

⁸ Rui Carneiro foi um político paraibano nascido em Pombal em 1906. Advogado e jornalista, participou ativamente da Revolução de 1930 e, em 1940, foi nomeado interventor federal da Paraíba, cargo que ocupou até 1945. Apoiador de Getúlio Vargas, foi líder do PSD na Paraíba após o fim do Estado Novo e eleito senador pelo partido em 1950, mandato que exerceu por mais de duas décadas até sua morte em 1977.

2.2 Redemocratização e recomposição das forças partidárias na Paraíba.

Na Paraíba, a abertura política de 1945, assim como em âmbito nacional, representou a aplicação do pluripartidarismo e sua institucionalização por meio da chamada “Lei Agamenon”⁹, bem como o retorno das eleições diretas e “democráticas”. Tal como nas transformações ocorridas no pós-1930 e durante o período ditatorial, essa reorganização política configurou-se menos como uma ruptura e mais como uma nova acomodação das elites dominantes em uma estrutura política e social reformulada.

O PSD e a UDN, a exemplo do que ocorria em nível federal, formavam uma espécie de bipolarização política, constituindo os partidos de maior destaque no estado, em contraste com legendas de menor expressão, como o PTB e o PCB, este último colocado na clandestinidade em 1947. Divididos respectivamente entre getulistas e antigetulistas, esses agrupamentos permaneciam fortemente orientados por uma lógica personalista que estruturava o meio político paraibano desde a Primeira República. Mesmo em um contexto formalmente partidário, os aspectos ideológicos assumiam um papel secundário diante de uma política baseada em lideranças e trajetórias individuais, como observa Jean Blondel em *As condições da vida política no estado da Paraíba*.

Também a organização e a função dos partidos políticos estão muito subordinadas às personalidades. Estudar a máquina política nada significa na Paraíba, porque ela não existe. Não existe nem partidários nem militantes procurando desenvolver anonimamente o progresso dos partidos. São associações de alguns políticos destinadas a manter o predomínio através do jogo de combinações técnicas (Blondel, 1957, p. 132).

Esse predomínio das figuras de destaque pode ser observado, ainda, a partir do quadro de instabilidade política constante, marcado pela ausência de uma força realmente hegemônica e consistente no interior do estado. As lideranças locais encontravam-se regularmente envolvidas em disputas, rompimentos e alianças circunstanciais, tornando o cenário de “certezas” políticas extremamente volátil, a depender do período e das convenções partidárias (Cittadino, 1998, p. 44). Dessa forma, compreende-se que o controle da máquina estatal não recaía necessariamente sobre os partidos, como UDN e PSD, mas sobre as lideranças que os comandavam. No período em questão, essas disputas se estruturavam, sobretudo, em torno de

⁹ Promulgada em 1945 durante o processo de redemocratização após o fim do Estado Novo, foi uma legislação eleitoral responsável por regulamentar a reorganização do sistema partidário no país. A lei estabeleceu normas para a criação e o funcionamento dos partidos políticos, bem como para o registro de candidaturas e a realização das eleições gerais daquele ano, contribuindo para a estruturação do novo quadro político-partidário.

José Américo e Argemiro Figueiredo, à frente da UDN, e de Rui Carneiro como principal liderança do PSD.

Considerando esse destaque das políticas de âmbito pessoal, os partidos ainda apresentavam composições e funções distintas quando comparados os planos federal e regional. A UDN, que em nível nacional se estruturava a partir de latifundiários e de setores industriais associados ao capital estrangeiro, assumiu na Paraíba um perfil fortemente vinculado às elites tradicionais ligadas à economia pecuarista e canavieira (Guedes; Alves, 2023, p. 151). Em um estado marcado por baixa industrialização, esses grupos se percebiam como social e politicamente dominantes, mobilizando discursos associados ao combate à seca, especialmente vinculados a trajetória de José Américo de Almeida. Ademais, a UDN paraibana possuía ligação direta com o controle sobre máquina estatal, viabilizado pela antiga liderança de Argemiro Figueiredo.

O PSD, por sua vez, embora compartilhasse com a UDN a vinculação às elites tradicionais, apresentava uma lógica de funcionamento distinta. Nacionalmente associado à máquina política construída por Getúlio Vargas, o partido reproduziu na Paraíba essa característica ao se organizar em torno do controle institucional e burocrático do Estado, sob a liderança de Rui Carneiro. Ainda assim, essa diferença não implicava uma oposição ideológica substantiva entre os dois partidos, uma vez que ambos permaneciam ancorados nas antigas oligarquias conservadoras e reproduziam práticas políticas semelhantes.

Ao longo da década de 1940, a instabilidade política já discutida anteriormente ganhou maior evidência em ambas as agremiações, mas manifestou-se de forma mais intensa no interior da UDN, cuja base se encontrava dividida entre americanismo e argemirismo. As eleições de 1947 para governador e prefeito foram decisivas para explicitar esses desentendimentos, ampliando as tensões entre as estratégias e interesses de ambos os líderes. O pleito para o governo estadual, realizado por meio de eleição indireta, iniciou-se sob um clima de dissenso, uma vez que José Américo de Almeida manifestava a intenção de indicar seu genro, Alcides Carneiro, como candidato da UDN. Ao mesmo tempo, nenhum dos principais líderes se dispôs a lançar o próprio nome, receosos de aprofundar as cisões internas do partido. Após sucessivas reuniões e negociações, optou-se pela indicação de um nome considerado “neutro” em relação aos conflitos internos: Oswaldo Trigueiro. Embora não contasse com apoio direto de José

Américo¹⁰, Trigueiro recebeu o respaldo de Argemiro Figueiredo e acabou sendo eleito, derrotando Alcides, candidato do PSD. Destaca-se que, durante essa eleição, Almeida candidatou-se como nome único para ao Senado, sendo eleito com candidato único, e tendo destaque em votos, especialmente na cidade de Campina Grande, “o curral eleitoral de Figueiredo”, algo que confirmou sua alta popularidade e que se tornou importante em 1950.

Ainda em 1947, a eleição para a prefeitura de Campina Grande assumiu proporções ainda maiores do que o recente pleito ao governo estadual. Foi nesse momento que a aliança entre José Américo e Argemiro Figueiredo tornou-se definitivamente inviável, convertendo a disputa municipal em um embate político de maior envergadura. Mais do que a escolha de um prefeito, a eleição passou a ser compreendida como estratégica para o controle futuro da política estadual, uma vez que Campina Grande representava um dos principais colégio eleitoral da Paraíba (Cittadino, 1998, p. 46).

Assim, Argemiro apostou suas fichas no major Veneziano Vital de Rego, seu cunhado e amigo pessoal, com o objetivo de manter como figura central alguém de sua confiança, capaz de assessorá-lo politicamente e de se constituir em uma ponte de apoio, sustentada pela proximidade pessoal, para seu projeto de alcançar o governo da Paraíba, conforme analisa o jornalista Josué Sylvestre.

Eis a razão pela qual Argemiro se fixou inabalavelmente no nome do seu cunhado Veneziano Vital de Rego (...). Argemiro sabia, porém, que poderia assessorá-lo na orientação de uma administração moderna e dinâmica, que seria mais um ponto de apoio para sua candidatura ao governo da Paraíba. Finalmente, Argemiro sabia que teria, como prefeito do maior município do interior, liderando o segundo contingente eleitoral do Estado, um amigo incondicional e voluntarioso (Sylvestre, 1982, p. 76).

Além disso, para o cargo de vice-prefeito, indicou José de Brito, industrial e banqueiro da região, que, além de se configurar como um aliado potencialmente fiel para projetos futuros, representava também o apoio financeiro de que a campanha necessitava (Barbosa, 2012, p. 122).

Essa indicação, contudo, rapidamente se tornou problemática aos olhos de setores da UDN, que não acreditavam que os dois nomes indicados fossem adequados tanto para a campanha quanto para o exercício dos cargos. Gradualmente, parte dos integrantes da UDN,

¹⁰ Em entrevista a Aspásia Camargo, José Américo afirmou que não participou do pleito para evitar as inconveniências familiares, mas que todos seus amigos apoiaram a candidatura de Trigueiro (Almeida apud Camargo, 1984, p.316)

que já estava em situação de instabilidade, romperam com o partido e passaram a integrar o PSD, que naquele momento soube capitalizar o enfraquecimento do adversário ao angariar novos apoiadores e possíveis candidaturas. Apesar desse crescimento, o partido comandado por Ruy Carneiro também enfrentava instabilidades internas, marcadas pela indefinição quanto ao nome a ser lançado na disputa e por cisões, como a saída de Pereira Lira para a fundação do PR (Partido Republicano).

José Joffily, liderança do PSD na região, decidiu, após inúmeras reuniões, lançar o médico Elpídio de Almeida como candidato à prefeitura, tendo como vice o capitão do Exército Antônio Rodembusch. É importante destacar que, conforme observa Jivago Barbosa, a escolha desses nomes não foi aleatória, pois Elpídio, além de médico de prestígio, o que conferia à campanha uma imagem de modernidade para o novo cenário eleitoral, era sobrinho de José Américo de Almeida, fator que fortalecia sua projeção política (Barbosa, 2012, p. 126).

Dessa maneira, estava configurada a disputa eleitoral em Campina Grande, reunindo grupos que voltariam a se enfrentar em 1950. De um lado, formou-se a *Coligação Democrática Campinense*, composta pelo PSD, por Americistas dissidentes organizados no PL (Partido Libertador), além do PSB, PTB e PRP, contando ainda com o apoio de setores comunistas perseguidos, cuja liderança da campanha coube a Félix Araújo. Do outro lado, organizou-se a *Aliança Republicana*, que reunia a UDN e o PR como principais aliados.

Em outubro, com uma diferença expressiva de quase 2.000 votos, Argemiro viria a sofrer sua primeira derrota em seu próprio reduto de controle, com a vitória de Elpídio de Almeida. Estava marcado não apenas a vitória da CDC, mas clara vantagem de José Américo e sua base para com o argemirismo, em relação às novas dinâmicas políticas que se iniciavam na Paraíba, onde não necessariamente a fé em seus aliados do domínio do poder era suficiente, nessa nova conjuntura, ocorria agora, como a autora Monique Cittadino aponta, um “início de um processo de reestruturação no exercício do poder a nível local, que, de certa forma, acompanhava as alterações de Vargas ao poder após o governo Dutra” (Cittadino, 1998, p.49).

A partir desse momento, se enxerga um período que antecipa o ano de 1950, onde ainda em 48 e 49, os ânimos entre os pré-candidatos estavam em constante entrave. Iniciou-se assim uma série de acusações por ambas as partes, que envolveram desde imputações de marginalização de Campina Grande por parte do governo estadual, tendo em vista que Argemiro era envolvido com Oswaldo Trigueiro, ainda governador do Estado, até entrevista das partes, fazendo frente às acusações.

Nesse contexto, Argemiro de Figueiredo, em entrevista ao *Diário de Associados*, comentou a cisão partidária, reconhecendo que José Américo havia estabelecido acordos com o PSD, mas minimizando seus efeitos sobre a UDN e sobre o cenário político paraibano, ao afirmar tratar-se de um contingente inexpressivo. Segundo o próprio Argemiro:

A UDN vai bem. Cada vez mais fortificada **pela ação política e administrativa do governo que elegeu** (...). Há realmente, e não podemos ocultar, algumas dissidências internas. Mas elas não afetam um número tão pequeno dos membros da família udenista (...). Aliás, diríamos com maior propriedade que a aliança já está feita entre eles. Isso tomando por base as declarações daquele senador no “Estado da Paraíba (Diário de Pernambuco, 26 de jan. 1949, p.01).

Posteriormente, ainda em 1949, José Américo respondeu às declarações de seu antagonista político, adotando um tom igualmente contundente ao afirmar que Argemiro era “criatura que me deve toda sua carreira política”. Para Américo, causava estranheza a reação de Argemiro diante da admissão de um acordo virtual entre seus aliados e o PSD local, uma vez que, segundo ele, “trata-se de um simples movimento de aproximação...” (*Diário de Pernambuco*, 28 de jan. 1949, p. 01).

Esses embates, travados tanto no campo partidário quanto nas páginas da imprensa, evidenciam que a disputa municipal havia se convertido em um confronto político mais amplo, antecipando os alinhamentos, discursos e estratégias que marcariam a campanha estadual seguinte. É nesse ambiente de polarização e redefinição de forças que se estrutura a candidatura de José Américo de Almeida ao governo da Paraíba em 1950.

3. “REDENTOR DOS POBRES”: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE JOSÉ AMÉRICO EM 1950.

Como discutido nos capítulos anteriores, as articulações em torno da disputa eleitoral de 1950 foram resultado de um longo e gradual processo de reorganização política iniciado ainda em meados da década de 1940. As fissuras internas nos partidos, os rearranjos entre lideranças tradicionais e a formação de novas alianças delinearam, desde 1947, um cenário de crescente polarização que antecipava a centralidade que aquela eleição assumiria no contexto paraibano. Antes mesmo do início formal da campanha, jornais, pronunciamentos parlamentares e articulações nos bastidores já funcionavam como espaços privilegiados de

embate político, nos quais se construíam imagens públicas, se deslegitimavam adversários e se ensaiavam discursos que, posteriormente, ganhariam maior projeção junto ao eleitorado.

A eleição estadual, entretanto, não pode ser analisada de forma isolada dos conceitos trabalhados no eixo nacional. O pleito de 1950 marcou o retorno de Getúlio Vargas à cena política federal por meio do voto direto, em uma conjuntura distinta daquela que havia caracterizado sua chegada ao poder em 1930 e sua permanência durante o Estado Novo, marcada pela utilização de um discurso de aglutinação das massas votantes. Autores como Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes compreendem que a campanha varguista se utilizou de um “pacto trabalhista”, posteriormente nomeado por Gomes como Trabalhismo, construindo uma relação dinâmica entre o político e as classes populares, na qual, como completa Ferreira, não necessariamente ocorria uma manipulação das massas, mas antes uma capacidade de negociação em torno de interesses próprios.

Essa estrutura, foi possível de se consolidar em um contexto de recente industrialização das cidades, de ampliação da abertura eleitoral para outras camadas sociais e da formação de sindicatos e movimentos populares mais “independentes” que, completamente manipulados ou não, tornaram-se alvos privilegiados desses discursos, proclamados não apenas por Vargas, mas também por outros políticos do período.

Esse “novo” estilo de se fazer política exerceu forte influência sobre campanhas regionais, ainda que apropriado de maneira seletiva e adaptada às realidades locais. Na Paraíba, por exemplo, não existia uma cena industrial fortemente organizada, e os sindicatos e movimentos populares só viriam a ganhar maior expressão após 1955, ou seja, cinco anos depois da eleição aqui debatida. Ainda assim, como analisa Monique Cittadino, Argemiro possuía uma atuação profundamente ligada às práticas do antigo coronelismo da República Velha, o que tornava seu método de fazer política, naquele novo período, destoante das exigências do contexto vivido. Suas derrotas em 1947 e, posteriormente, em 1950 demonstrariam, assim, o esgotamento dessas estruturas políticas tradicionais (1998, p. 53).

Em contrapartida, como trabalha o historiador Márcio Macêdo Moreira, o político em foco neste trabalho agiu de forma distinta, adaptando sua campanha às transformações da política que se percebia como emergente:

José Américo se adaptou ao perfil da política trabalhista que estava em voga na campanha de Getúlio Vargas, em prol da industrialização. Apesar do processo de industrialização da Paraíba ser ínfimo naquele período, José Américo estava consciente das transformações das

relações trabalhistas e do êxodo rural e buscou conquistar os votos dos paraibanos pelo carisma e por seu papel de herói na seca de 1932 (Moreira, 2013, p.12).

É nesse contexto de reorganização política, de circulação de novos repertórios discursivos e de adaptação seletiva às transformações do pós-Estado Novo que se insere a pré-campanha de José Américo de Almeida, marcada pela formação de um campo político próprio e pela mobilização inicial de seus apoiadores.

3.1 A pré-campanha e a formação do campo americista.

Em entrevista concedida a Aspásia Camargo e Eduardo Raposo, em 1979, José Américo relata ter tido motivos específicos para a construção do acordo com Rui Carneiro e com o PSD, mesmo em um contexto no qual o partido, segundo suas próprias palavras, “estava liquidado”. A decisão, longe de se limitar a uma escolha circunstancial, insere-se em uma estratégia política mais ampla, voltada à preservação de sua viabilidade eleitoral e à reorganização de seu campo de apoio em um cenário marcado por disputas internas e reposicionamentos partidários. O político afirma que três fatores principais orientaram essa estratégia:

1. A atuação de Pereira Lira, então secretário do presidente Dutra, que se posicionou contra José Américo e, por consequência, levou o próprio Dutra a também se opor a ele, passando a apoiar seus adversários políticos na Paraíba, o que fragilizava sua posição no plano federal.
2. A saída da UDN, motivada por pressões internas e divergências com Otávio Mangabeira, fundador da UDN nacional, que, de acordo com José Américo, teve participação direta nas decisões políticas relativas à Paraíba, reduzindo suas margens de manobra dentro do partido.
3. Por fim, o próprio José Américo afirma que tomou tal decisão com o objetivo de “proteger” seus aliados Americistas, que se encontravam divididos entre duas alas antagônicas, sendo o acordo considerado essencial para a manutenção de seu poder político e da coesão do grupo que o apoiava.

Essa aliança, já esboçada nas eleições para a prefeitura de Campina Grande, consolidou-se de forma mais contundente em um contexto político mais dramático, no qual a conquista do poder governamental figurava como objetivo central de ambos os candidatos desde a década de 1940, como deixou claro Argemiro Figueiredo em discursos.

Para a ala americista, a Coligação Democrática foi mantida, assim como seus principais apoiadores e organizadores, a exemplo de José Joffily, sendo a principal alteração a substituição da denominação “Campinense” por “Paraibana”, resultando na formação oficial da Coligação Democrática Paraibana (CDP). A coligação contou com o apoio do PSD, PTB, PSB e PDC, tendo José Américo como candidato ao governo do estado, João Fernandes de Lima¹¹ como vice-governador e Rui Carneiro como candidato ao Senado.

É relevante ressaltar que esse grupo político possuía uma composição de apoiadores relativamente diversificada, reunida em torno de motivações distintas que convergiam para um mesmo objetivo: a derrocada da chapa argemirista. Entre os apoiantes, estavam grupos de comunistas ainda na ilegalidade, que apoiaram José Américo com base em seu discurso contrário à cassação dos mandatos comunistas (Cavalcante, 201, p. 178); estudantes e intelectuais, a exemplo de José Lins do Rego, que se relacionavam politicamente com diferentes partidos e discursos, mas buscavam uma “modernidade” e um “liberalismo” nos resultados da campanha — elementos que os distanciavam de uma UDN ainda fortemente atrelada aos antigos coronéis paraibanos e mesmo de um PSD que, embora conservador, apresentava tendências relativamente mais liberais do que seus opositores.

Ainda que contasse com expressivo apoio das faixas populares e da juventude, a CDP também foi sustentada por grupos tradicionais, como os Motta¹² e os SB Cabral¹³, além do importante apoio da família Coutinho, especialmente por meio de Antônio Luiz Coutinho, então presidente da Câmara de Vereadores de Campina Grande.

No interior da Aliança Republicana, o destaque partidário concentrava-se na UDN e no PR, que figuravam como as principais forças da campanha argemirista. Em complemento ao apoio partidário, o respaldo dos integrantes do governo estadual e das famílias que controlavam a economia algodoeira local foi essencial para a construção da campanha da AL. Nesse conjunto, destacavam-se o governador do estado, Oswaldo Trigueiro, a chamada “Família do

¹¹ João Fernandes de Lima foi advogado, usineiro e político paraibano, pertencente a uma tradicional família da cidade de Mamanguape. Ligado ao PSD, elegeu-se deputado estadual em 1947 e presidiu a Assembleia Legislativa da Paraíba até ser eleito vice-governador em 1950.

¹² O grupo dos Mota, tinha como chefe notável Francisco Motta, dono do maior curtume de couro da região, e grande ponto de referência econômica na cidade de Campina Grande.

¹³ Grupo SB Cabral, era um conglomerado econômico dono das grandes agências de veículos Oliveira Ferreira e Companhia.

Ó”¹⁴, o grupo SANBRA S.A.¹⁵, a família José de Brito Lira¹⁶ e a “família dos Ribeiro”¹⁷(Barbosa, 2010, p. 06).

Mesmo diante das diferenças discursivas e simbólicas, a política paraibana permanecia marcada por origens de poder semelhantes. Ainda que determinados campos discursivos estivessem associados à ideia de modernização política, como no caso de José Américo, tais vínculos não deixavam de existir, embora tendessem a se manifestar de forma mais velada, visto que, como argumenta Moreira (2010), no contexto paraibano, não se observa uma ruptura efetiva com as culturas políticas herdadas do mandonismo, mas sim a sua reconfiguração. Assim, a disputa eleitoral deve ser compreendida menos como um confronto entre tradição e modernidade e mais como um rearranjo interno entre elites políticas que compartilhavam fundamentos históricos comuns, no qual se sobressaíram aqueles que melhor souberam se adaptar às transformações impostas pela sociedade ao meio político.

Dentro desse cenário de disputas e considerando seu alcance social no período, a imprensa vai assumir papel decisivo na disputa, atuando não apenas como espaço de informação, mas como agente ativo na construção e na circulação de narrativas políticas. O jornal *A União*, sob domínio governamental, alinhou-se de maneira consistente aos interesses do grupo no poder, funcionando como instrumento de legitimação da Aliança Republicana e de contenção das críticas ao aparato estatal. Em sentido oposto, ainda que a análise específica desse jornal não faça parte dos objetivos deste trabalho, o periódico *O Norte* demonstrou maior proximidade com a candidatura de José Américo, abrindo espaço para discursos oposicionistas e para a denúncia da violência política. De modo semelhante, jornais de fora do estado, como o *Diário da Manhã* e a imprensa pernambucana, também se posicionaram de forma favorável ao americismo, ampliando o alcance dessas narrativas e evidenciando que a imprensa, longe de ser neutra, intervinha diretamente no embate político ao selecionar temas, enquadramentos e protagonistas.

¹⁴ Família do industrial Edvaldo do Ó, que foi responsável por levar a Campina Grande diversas empresas e instituições, como a TELINGRA- telefonia de Campina Grande.

¹⁵ Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil

¹⁶ Donos da Companhia de Comércio e Prensagem do Algodão.

¹⁷ Representado por Artur Freire de Figueiredo, primo de Argemiro e dono de usinas.

3.2 A escalada do conflito e a dinâmica da campanha eleitoral.

“Uma das mais longas de guerra. Comícios, passeatas, viagens, banquetes, homenagens, uma sucessão sem fim de promoções políticas visando a conquista de adeptos...” (Sylvestre, 1982, p. 173). A definição feita por Josué Sylvestre, em “Lutas de Vida e de Morte: Fatos e personagens da história de Campina Grande (1945/1953)”, não apenas descreve o ritmo da campanha para o governo do Estado, mas corrobora com a ideia de que em diversos momentos a campanha assumiu tons acirrados, sempre orientado para um objetivo central: assegurar a vitória no dia 2 de outubro.

A eleição vivenciou, em um plano simbólico, a ampliação e consolidação de práticas políticas que se tornariam recorrentes em disputas eleitorais posteriores, inclusive nas eleições contemporâneas. Tal dinâmica relaciona-se diretamente à necessidade de “conquista do voto” diante do surgimento de novos eleitores com a implementação da Lei Agamenon. Como analisa Douglas Souza Angeli, o eleitor em construção realiza sua escolha no dia da eleição, mas essa decisão é precedida por uma série de acontecimentos que moldam sua preferência.

No dia da eleição, os eleitores escolhem dentre as opções que se apresentam a eles, mas, antes mesmo dos candidatos serem escolhidos por seus partidos, reuniões, articulações, convenções, alianças, divergências e boatos são acontecimentos que contribuem para a construção de tais opções. Divulgadas as listas de candidatos e registradas as candidaturas perante a justiça eleitoral, está oficialmente aberto o tempo de caça ao voto (Angeli, 2015, p. 162).

Esse “tempo” não se limitava a uma dimensão organizativa da campanha, mas assumia contornos típicos das práticas em busca de apoio popular, algo em consolidação no período. A centralidade dos comícios, o uso intensivo de propagandas, a circulação de impressos e a difusão de jingles indicam uma política voltada para a mobilização direta das massas e para a construção de uma identificação simbólica entre liderança e eleitorado. Na Paraíba, esse conjunto de práticas ocupou cotidiano das cidades, instaurando um verdadeiro “tempo político”, no qual a disputa eleitoral extrapolava os arranjos partidários e se enraizava nas dinâmicas sociais e culturais do espaço físico.

Alguns espaços urbanos passaram a assumir papel estratégico na dinâmica eleitoral, e embora trata-se de uma disputa pelo poder estadual, com a participação ativa de diversas cidades, Campina Grande destacou-se como o principal palco da contenda, que se estendeu de

janeiro a outubro de 1950. Tal centralidade não se deu por acaso, de um lado, os principais patrocinadores de ambas as campanhas mantinham vínculos econômicos expressivos com o município; de outro, Campina Grande concentrava o segundo maior contingente eleitoral do estado. Soma-se a isso o fato de a cidade ser reconhecidamente dominada pela ala Argemirista da UDN (Barbosa, 2010, p. 121), o que ajuda a explicar, simultaneamente, o esforço dessa aliança em preservar seu “curral eleitoral” e a tentativa do PSD de conquistar esses mesmos votantes.

A centralidade política de Campina Grande, por sua vez, instalou-se forma concreta na ocupação de seus espaços públicos de destaque. A Praça da Bandeira, ponto central da cidade à época, tornou-se o local do palanque fixo de ambos os grupos eleitorais, passando, a partir de abril, a receber multidões para ouvir os discursos vigorosos das principais lideranças da campanha. Reconhecida como o centro cívico do município, a praça foi palco de “grandes movimentos e acontecimentos sociais, disputas de partidos políticos, visitas de figuras ilustres do cenário nacional e manifestações populares” (Bonfim; Souza Júnior, 2019, p. 6).

O delegado a arquitetar a campanha de José Américo em 1950 e mobilizar o “tempo político” paraibano foi o estudante e intelectual Félix Araújo, figura cuja trajetória política, marcada pela militância comunista no período da redemocratização, conferia-lhe significativa inserção nos setores urbanos e populares de Campina Grande. Conforme demonstra Cavalcante Neto (2006)¹⁸, Félix destacou-se nas eleições de 1945 e 1947 como uma das principais referências do PCB na região, projetando-se como liderança de alcance municipal e acumulando capital político mesmo após a ilegalidade do partido.

Como intelectual ligado a mobilização das massas, foi responsável por escrever discursos, boletins, matérias de jornal e o hino de campanha de Américo. O aparato musical foi um dos instrumentos mais eficazes de mobilização. Retomando a experiência da campanha de 1947, quando já havia composto o hino de Elpidio de Almeida, Félix reaproveita a estrutura da música anterior e elabora uma nova letra adequada ao contexto estadual de 1950, assim, a chamada “Marcha da Vitória” não se configurava apenas como peça musical, mas como dispositivo político.

¹⁸ Para mais informações, sugere-se a leitura de NETO, Faustino Teatino Cavalcante. **O PCB Paraibano no imaginário social: o caso Félix Araújo na Fase de redemocratização (1945-1953)**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

Realizar a produção do Hino de José Américo não foi, necessariamente, um trabalho difícil, considerando a necessidade de construir uma representação para as massas populares. O próprio José Américo já havia edificado uma carreira política vinculada ao apelo popular (Sylvestre, 1982, p. 177), haja vista sua relação com movimentos como o de 1930, que contou com apoio civil burguês, e, sobretudo, a consolidação de sua imagem como “salvador das secas”, construída desde sua atuação no Ministério da Viação e Obras Públicas e que viria a ter influência em seus resultados no interior do estado.

Ambas as características são amplamente exploradas por Félix em sua composição, como se observa nos versos “*Como outrora em 32, como outrora em 32, salva o povo do sertão!*”, articulados a “*Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião. Pelo povo contra a fome, se levanta um grande nome!*”. Nota-se a edificação do nome do candidato como representação e resposta às demandas de um povo marcado pelo trauma da seca (Uma resposta que já teria sido oferecida no passado e que, naquele contexto, deveria ser reiterada). Além disso, destaca-se a articulação com a religiosidade que, como observa Jivago Barbosa, visava à conquista dos votos dos católicos indecisos (2010, p. 144).¹⁹

Outro trecho em destaque é “O Dr. José Américo vai vencer nas eleições / Pelo voto independente dos sinceros corações”. O uso do termo “independente” no discurso relaciona-se simultaneamente à independência do eleitor recém-incorporado ao processo político pós-Estado Novo, quanto à busca da liberdade democrática como uma crítica à estrutura de força coronelística paraibana, tradicionalmente ligada a Argemiro Figueiredo, e à violência imposta em troca de votos dos camponeses.

Foi nesse cenário de crescente mobilização política que o jornal *Diário de Pernambuco*, em 26 de maio²⁰, publicou o anúncio do início da campanha da Coligação Democrática Paraibana, trazendo falas de Ruy Carneiro, candidato ao Senado e líder do PSD. Na reportagem, o político afirmava que o primeiro comício seria realizado em João Pessoa, seguindo posteriormente para Campina Grande e, em seguida, para cidades do interior. Complementava ainda que o “Sr. José Américo permanecerá no sertão da Paraíba, assistindo os correligionários da Coligação Democrática e as vítimas das violências policiais de parte do governo” (1950, p. 1).

¹⁹ A letra da campanha de José Américo encontra-se no ANEXO 1, p.43.

²⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 26 de maio. 1950, p.01.

É possível observar nessa fala, e em sua continuação, a construção de um elemento discursivo que viria a se repetir ao longo da campanha: a denúncia das perseguições políticas promovidas por órgãos estatais contra apoiadores e seus familiares. Tal recurso não apenas introduzia o tom de confronto que marcaria o processo eleitoral, como também contribuía para a construção de uma narrativa de oposição e injustiça, mobilizada posteriormente em diferentes momentos dos discursos da coligação, sobretudo à medida que o conflito político se intensificava.

Confirmando o que havia sido anunciado por Ruy Carneiro, no dia 28 de maio ocorreu o comício que marcou o início da corrida eleitoral da CDP em Campina Grande. José Américo e seus partidários discursaram para cerca de 20.000 pessoas no centro da Praça da Bandeira e o candidato, conhecido pelo domínio da oratória ao longo de sua trajetória política, apresentou um pronunciamento transmitido pela Rádio Borborema.

Vossa vitória vem de longe, vem, como em 1930, já saturada daquele magnetismo que transforma todas as vozes num só grito dominador (...) vou por aqui. Conheço os caminhos da terra e o caminho das almas. Vou por esse itinerário, pelas paragens remotas (...) direi a cada cidade e a cada burgo que o argemirismo é uma política que já morreu onde nasceu (Almeida apud Sylvestre, 1982, 175).

O fator “discurso político” configura-se como um dos principais elementos no fazer político de José Américo. Como mencionado anteriormente, ao longo da construção de sua carreira, o escritor destacou-se pela capacidade de convencer e mobilizar as massas por meio de discursos voltados tanto para ideários de promessas políticas quanto para a construção de sua própria imagem pública, utilizada como forma de credibilizar sua linguagem.

A exemplo do discurso em questão, observa-se já na abertura a definição do tom que o processo eleitoral viria a assumir, seja pela provocação direta ao adversário, seja pelas ideologias defendidas pelo candidato (Sylvestre, 1982, p. 174). Ao evocar o movimento de 1930, o político retoma um referencial constantemente mobilizado para legitimar sua fala, apoiando-se na memória construída em torno daquele evento e na imagem heroificada de João Pessoa, elemento que voltaria a aparecer em outros pronunciamentos ao longo da campanha.

Posteriormente, a reafirmação de sua aproximação com a terra e com o povo surge na expressão “os caminhos da terra”, por meio da qual reconstrói discursivamente sua própria imagem, buscando estabelecer proximidade com os destinatários de sua locução. Como observa Cittadino, os discursos de Américo reproduzem elementos típicos de apelo popular (1998,

p.54), onde existe a valorização da imagem pessoal do político carismático paternalista, que procura ser reconhecido pelo povo como a imagem representativa das massas, algo que era quase inexistente em contextos políticos anteriores. Mesmo que, ele ainda seja uma alegoria das elites do Estado.

Em discurso realizado em João Pessoa, denominado “Oração da Capital”, esse apelo “populista” também pode ser claramente identificado. Ao referir-se aos eleitores como “às classes desprotegidas merecedoras de maior solicitude”, o candidato dirige-se diretamente à população socialmente mais excluída, público que buscava conquistar naquele momento. Além disso, reforça sua aproximação ao afirmar que “não preciso perguntar quais são vossas necessidades. Sei o que são e quanto doem...”, construindo a imagem de alguém que reconhece os problemas enfrentados por esse grupo e que, por isso, se apresenta como a escolha mais adequada para representá-los.

Para além dos discursos marcados por apelos populares, a linguagem política mobilizada por José Américo pode ser compreendida à luz do que Patrick Charaudeau discute em *Discurso Político* (2006). O autor destaca o papel da “palavra de promessa”, construída por meio de uma identificação mútua entre orador e receptor, que, para se sustentar, necessita de condições de credibilidade, aquilo que denomina “*ethos*”, isto é, a construção de uma imagem de si capaz de convencer o público. No caso do candidato em questão, o apelo popular é estruturado justamente a partir dessa lógica da promessa, enquanto sua credibilidade apoia-se na trajetória política previamente construída, evidenciada pela constante retomada de episódios de sua vida pública, como 1930, e pelo uso recorrente de formulações que reforçam proximidade e autoridade, expressas em enunciados como “eu sei o que vocês precisam”.

Por outro lado, dentro do jogo eleitoral, outra questão pode ter sido decisiva no resultado futuro da eleição de 1950: O apoio explícito de Getúlio Vargas, futuramente eleito para presidência da república.

O desempenho político de José Américo sempre esteve indissolúvelmente ligado à figura de Vargas e, sobretudo, à era getuliana. Dessa forma o único candidato, a governador da Paraíba, que poderia receber o apoio de Vargas indiscutivelmente só poderia ser um, José Américo. (Barbosa, 2010, p.05)

Durante sua visita à Paraíba, na realização de comícios que mobilizaram milhares de pessoas nas principais cidades do estado, o candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) discursou em favor da candidatura do ex-companheiro de governo e recomendou a seus

apoiadores o voto em José Américo de Almeida. O *Diário de Pernambuco* publica, dia 29 de agosto²¹, poucos dias após o apoio público de Getúlio Vargas ao candidato do Partido Libertador (PL), a declaração de Américo negando apoiar o nome do ex-presidente: “Não terá fundamento a notícia de que meu acordo com Vargas dependia do apoio ao seu nome. Getúlio ofereceu o apoio de seu partido espontaneamente, de graça, como, se diz na gíria.” Posteriormente, reafirmou sua aliança com o candidato Eduardo Gomes, o Brigadeiro Gomes.

Se aliados formais ou não, não se pode negar que a manifestação do presidente eleito em 1950 exerceu algum grau de influência sobre o resultado da disputa eleitoral. A centralidade política de Vargas naquele momento, associada ao crescimento contínuo do movimento trabalhista, revelou-se provavelmente decisiva para aglutinar votos entre os simpatizantes de Vargas e os eleitores vinculados ao PTB na Paraíba.

3.3. “Política que degrada e infelicita a Paraíba”.

A campanha eleitoral estava construída e em andamento; entre passeatas, comícios, folhetins e notícias, a escalada do conflito intensificava-se a cada dia. Os jornais alinhados à candidatura de José Américo, em conjunto com seus correligionários, não deixavam as acusações em silêncio, utilizando os espaços da imprensa como instrumento de disputa política e amplificação das denúncias produzidas pela Coligação Democrática Paraibana. A eleição tornou-se progressivamente mais violenta à medida que os meses avançavam, e a proximidade de outubro ampliava os relatos de confrontos, perseguições e episódios de violência envolvendo apoiadores tanto da CDP quanto da Aliança Republicana.

Ainda em 22 de junho²², José Américo de Almeida, em entrevista ao *Diário da Manhã*, denunciava a situação alarmante vivida por cidades do interior do estado. De acordo com o escritor, os serviços públicos estariam mobilizados contra sua candidatura, enquanto o constrangimento atingia tanto sua pessoa quanto seus eleitores, de formas distintas, seja pela ação direta de agentes políticos, seja pela impunidade concedida aos adversários. Em Campina Grande, relatava a ocorrência de revistas constantes, afirmando que não era possível reunir duas ou três pessoas sem que um responsável policial as dispersasse; já na cidade de Areia, segundo ele, um grupo de apoiadores teria sido atacado por capangas ligados a José Cunha Lima enquanto preparava o comício previsto para o dia seguinte.

²¹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 29 de ago. 1950, p.01.

²² DIÁRIO DA MANHÃ, Recife, 21 de junho. 1950, p.02.

Esses registros, mais do que simples declarações à imprensa, passaram a integrar de maneira significativa o repertório discursivo mobilizado pela CDP, reforçando a narrativa de desigualdade política e de violência direcionada contra seus apoiadores.

Esse cenário atingiu seu ponto máximo no domingo, 9 de julho de 1950, quando Campina Grande tornou-se palco de um dos mais expressivos e trágicos eventos políticos de sua história. Na ocasião, a Aliança Republicana promoveu um grande comício, reunindo caravanas vindas de diversas regiões do estado e transformando o evento em uma ampla manifestação cívico-política, com apresentações de artistas de projeção nacional, como Luiz Gonzaga e Emilinha Borba. Segundo Josué Sylvestre, “se não foi absolutamente o maior, aquele comício nordestino [...] deve se situar entre as maiores concentrações políticas já ocasionadas em Campina Grande” (Sylvestre, 1982, p. 200).

Ao longo do dia, contudo, as tensões entre os grupos políticos tornaram-se visíveis. Entre partidários americistas multiplicavam-se manifestações de hostilidade dirigidas a Argemiro de Figueiredo e demonstrações públicas de apoio a José Américo, incluindo o uso de lenços pretos em protesto contra a presença do professor Pereira Lira, candidato ao Senado pela Aliança Republicana e então ministro do governo Dutra. Após o encerramento do comício e o esvaziamento da Praça da Bandeira, apoiadores da Coligação Democrática Paraibana iniciaram uma passeata, retornando ao local e acenando lenços brancos²³ em apoio ao candidato.

A tentativa de ocupação do palanque adversário desencadeou uma rápida escalada de violência, agravada pela intervenção das forças policiais. O ambiente de exaltação política converteu-se em confronto físico que rapidamente evoluiu para o uso de armas de fogo. Conforme registra Jivago Correia Barbosa, “rajadas de metralhadora, estampidos de revólveres e pistolas ecoavam ao lado dos gritos das pessoas desarmadas” (2010, p. 365), resultando em mortos e diversos feridos, episódio que ficaria conhecido como a “Chacina da Praça da Bandeira”.

A gravidade dos acontecimentos ultrapassou o plano do confronto imediato e passou a ser incorporada ao discurso político da Coligação Democrática Paraibana como evidência concreta das denúncias anteriormente formuladas. Depoimentos divulgados pela imprensa,

²³ As manifestações da CDP eram marcadas pela execução constante do hino de Zé Américo e pelo predomínio de lenços e vestimentas brancas, cor que se consolidou como identificadora da Coligação. Tanto eleitores quanto candidatos a utilizavam como estratégia de identificação e distinção, evocando a ideia de uma “pureza ideal” associada ao grupo, em contraposição ao amarelo representante da Aliança Republicana.

como o do advogado Aluizio Afonso Campos, reforçaram a narrativa de que o aparato estatal estaria sendo utilizado como instrumento de repressão política. Em carta dirigida a José Targino, afirmou: “Socorri ontem a homens indefesos assassinados nesta cidade em praça pública pelas balas e ‘casse-têtes’ da Polícia Estadual”, acrescentando que não houve provocação prévia e que “nunca testemunhara facinoras fardadas investirem de modo tão selvagem sobre o povo para matá-lo friamente” (Sylvestre, 1982, p. 210).

No dia 27 de setembro, meses após a pausa nos comícios em Campina Grande, a AL voltaria a realizar seus últimos movimentos pré-votação. A coligação retornaria no dia 30, no mesmo ambiente da antiga tragédia, a Praça da Bandeira, a escolha do local não foi em vão, e José Américo, em seu discurso, deixou claras suas intenções políticas ao afirmar que “é a política do ‘crê ou morrer’, sob o jugo dos capangas da milícia privada e de autoridades facciosas”, complementando mais adiante: “Ódio são as mesquinhas perseguições movidas, em desespero de causa, contra pobres funcionários e pobres professores” (Almeida apud Sylvestre, 1982, p. 226). É nessas falas que surgem as acusações contra Argemiro Figueiredo e Pereira Lima; mais do que isso, destaca-se a constante evocação dos pobres e trabalhadores como principais vítimas dessa perseguição.

Nesse contexto, o episódio deixou de ser apenas um acontecimento isolado de violência para transformar-se em elemento central da construção discursiva da campanha americista. A circulação dessas narrativas em periódicos como o *Diário da Manhã* e *Diário de Pernambuco* contribuiu para ampliar o alcance político da tragédia, convertendo-a em prova material das acusações de perseguição e autoritarismo dirigidas ao grupo adversário. O CDP, que, como falado anteriormente, já vinha denunciando os abusos cometidos pelos órgãos de poder, passou a mobilizar o acontecimento como argumento eleitoral, reforçando ainda mais sua posição enquanto vítima de práticas políticas antidemocráticas que, no contexto eleitoral de 1950, iam contra os movimentos crescentes em defesa de eleições livres e sem interferência, transformando-se, assim, na retórica de uma luta “anticoronelismo”. Assim, às vésperas do pleito, a campanha americista já havia consolidado sua base política para converter todos os discursos simbólicos em vitória eleitoral em 03 de outubro de 1950.

3.4. A vitória de 1950 e a eficácia simbólica do “redentor dos pobres”.

O resultado das eleições de 1950 evidenciou a amplitude do alcance político da candidatura de José Américo no estado da Paraíba. O candidato do PSD foi eleito governador com um total de 147.093 votos, em comparação a Argemiro de Figueiredo, que recebeu cerca de 111.152, estabelecendo uma diferença de 35.941 votos entre a CDP e a AL. Dentre os

municípios, Américo conquistou a vitória em 31 cidades, contra 10 de Figueiredo, destacando-se, entre os resultados mais expressivos, as apurações obtidas em João Pessoa e Campina Grande.

A vitória em Campina Grande, berço político das campanhas de ambos os candidatos, foi particularmente significativa, tendo em vista que o município era reconhecido como tradicional reduto argemirista. Como analisa Josué Sylvestre, a derrota de Argemiro foi amarga, pois, embora a possibilidade de perder o governo estadual fosse compreendida como consequência da intensa disputa travada, a derrota em sua própria terra era algo inimaginável para o político (1982, p. 259). Essa derrocada pode ser compreendida a partir da conjugação de múltiplos fatores, dentre os quais se destacam a construção discursiva das campanhas e as formas de representação política mobilizadas por ambos os candidatos diante do eleitorado, articuladas aos eventos traumáticos ocorridos nos meses finais da campanha. Tais elementos contribuíram para redefinir as percepções políticas locais, favorecendo a ampliação da identificação do eleitorado com a candidatura americista e tornando mais eficaz o processo de convencimento eleitoral.

O candidato obteve vitória expressiva em diversos municípios do estado, especialmente em cidades do interior, evidenciando a amplitude territorial de seu apoio eleitoral e a capacidade de mobilização construída ao longo da campanha. Mais do que um triunfo circunstancial, o resultado revelou a consolidação de uma identidade política cuidadosamente elaborada durante o processo eleitoral, na qual o candidato passou a ser associado à defesa dos setores populares diante de um cenário apresentado como marcado por perseguições e desigualdades políticas. Como relatado em momentos anteriores, a campanha americista abraçou, de certa maneira, elementos de uma linguagem política mais próxima dos movimentos populares que cresciam cada vez mais no Brasil de 1950. Ao construir uma imagem de uso de demandas sociais amplas, especialmente aquelas associadas às populações do campo afetadas pela seca e a segmentos populares urbanos, Américo reafirmou a imagem pública de ‘redentor dos pobres’. Tal construção discursiva colocava o povo no centro da retórica eleitoral, funcionando como estratégia de aliciação política de grupos socialmente vulneráveis no interior da disputa pelo poder.

Vale lembrar que, como analisa Monique Cittadino (1998, p.18), o processo de urbanização e industrialização que abriu espaço para o populismo em cidades como São Paulo não ocorreu da mesma maneira na Paraíba. O estado, com forte tradição agrícola, percebeu essas mudanças políticas por meio de massas populacionais que migraram do campo para a

cidade em consequência da expropriação de terras. Portanto, os novos eleitores a serem conquistados estavam muito mais relacionados ao mundo rural do que à industrialização, algo que o discurso e a imagem simbólica de José Américo abrangiam de forma eficaz.

Ainda que não se possa necessariamente enquadrar mecanicamente sua candidatura nos modelos clássicos de populismo formulados pela historiografia posterior, é possível identificar a utilização de elementos característicos dessa linguagem política. A construção de um candidato da “pobreza”, como afirma o próprio hino da campanha, em contraste com a imagem conservadora e atrelada aos chefes rurais associada a Argemiro, foi essencial para a agremiação de votos. Mesmo sendo também ligado a uma elite de poder tradicional, Américo soube adequar-se às novas realidades exigidas pelo jogo político, readaptando um discurso que sempre demonstrou capacidade de reformulação quando necessário para a conquista da vitória.

Destaca-se também a relação do governador eleito com a religião católica, igualmente exposta no hino ao apresentá-lo como “candidato da pobreza e da religião”. Ambos os candidatos buscaram essa aproximação com práticas religiosas para conquistar adeptos, mas, como afirma Jivago Barbosa, Almeida “supera os adversários — extrapolando também o bom senso — quando lança um boletim impresso com a foto de José Américo ao lado do cultuado Padre Cícero” (2010, p. 145). A imagem, tirada em 1932, vinha acompanhada de um texto que afirmava que, naquele momento, o então ministro do governo Vargas teria recebido “a missão histórica de salvar os nordestinos desta seca calamitosa”²⁴, uma clara alusão a sua candidatura como missão, ou mesmo profecia, associada a religião para salvar as massas da seca. Como ressalta Barbosa:

O fato é que na construção do **imaginário popular** (grifo nosso) sobre o combate às secas na região Nordeste, José Américo ocupava- e ainda ocupa- um dos mais altos lugares no panteão das figuras políticas e religiosas que se tornaram emblemáticas na luta contra essa ação “natural”, e muito mais forjada por questões políticas e econômicas do que propriamente “naturais” (Barbosa, 2010, p.145).

Assim, a junção dessas características, muito mais construídas do que propriamente e inteiramente verdadeiras, foi essencial para o desenvolvimento de uma campanha nos moldes políticos da década de 1950.

Além disso, a denúncia da violência eleitoral, amplamente mobilizada pela Coligação Democrática Paraibana, contribuiu para reforçar essa identificação simbólica. É provável que os acontecimentos intensos que foram protagonizados por ambos os lados desempenharam um

²⁴ O boletim impresso encontra-se no ANEXO 2, p.44.

papel fundamental na redefinição dos sentidos da campanha, pois mesmo que existisse uma construção de imagem aprazível por parte do CDP, o poder político de Argemiro também era significativo no período, sustentado por uma tradição política profunda.

A repetição dessas denúncias pode ter contribuído para a formação de uma memória imediata da perseguição política, na qual o eleitor era convocado não apenas a escolher um candidato, mas a posicionar-se diante de uma suposta ameaça à participação democrática. Nesse sentido, a campanha americista operava uma estratégia discursiva de vitimização política controlada: ao mesmo tempo em que denunciava a repressão, projetava a imagem de resistência e coragem de seus apoiadores.

Por fim, a vitória de José Américo pode ser compreendida a partir da articulação entre discurso, estratégia e contexto, que estavam alinhados às expectativas de um eleitorado em transformação, em contraste com o discurso mais abertamente conservador de Argemiro de Figueiredo. Essa “modernidade”, contudo, não significava ruptura completa com as estruturas tradicionais de poder, uma vez que o candidato mantinha vínculos evidentes com grupos oligárquicos e elites regionais. Tal ambiguidade funcionou como elemento estratégico, permitindo-lhe dialogar simultaneamente com setores populares mobilizados pelo discurso social e com grupos já consolidados na vida política. Assim, a imagem do “redentor dos pobres” operou como um recurso eficaz de legitimação e ampliação do apoio eleitoral, expressando tanto as mudanças quanto as permanências que caracterizaram a política paraibana naquele momento histórico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reorganização política brasileira inaugurada com o fim do estado novo constituiu o pano de fundo fundamental para a compreensão das disputas eleitorais ocorridas nos diferentes espaços regionais do país. A redemocratização de 1945 não apenas restabeleceu instituições representativas, mas também redefiniu linguagens políticas, formas de mobilização e expectativas sociais em torno da participação eleitoral, ampliando o papel das massas no jogo político. Nesse contexto nacional de rearticulação partidária e redefinição das práticas democráticas, os estados passaram a experimentar dinâmicas próprias de disputa, nas quais questões locais se entrelaçavam às transformações mais amplas da política brasileira.

Assim, tendo como base o meio nacional, foi possível realizar a análise da campanha eleitoral de José Américo de Almeida em 1950 para o governo da Paraíba e compreender como o pleito ultrapassou os limites de uma disputa política “convencional”, configurando-se como um momento de intensa reorganização das forças partidárias e de redefinição das práticas políticas no contexto democrático inaugurado após o fim do Estado Novo. Ao longo deste trabalho, buscou-se demonstrar que o processo eleitoral não pode ser entendido apenas a partir de seus resultados institucionais, mas sobretudo como um espaço de construção discursiva e disputa entre projetos políticos concorrentes, que dependem por muitos momentos, do espaço social que o país está inserido naquele momento, visto a influência que as massas podem ter no pleito e na campanha.

Observou-se que a candidatura de José Américo de Almeida foi sustentada por uma ampla articulação política, reunindo grupos distintos que, embora possuíssem interesses variados, convergiam na oposição ao grupo adversário. Essa heterogeneidade de apoios revela características importantes da cultura política da Paraíba naquele período, marcada menos pela rigidez ideológica e mais pela formação de alianças estratégicas orientadas por circunstâncias eleitorais específicas, sustentada por figuras de destaque.

Comícios, passeatas, hinos de campanha e manifestações públicas assumiram papel fundamental na aproximação entre liderança política e eleitorado. Tais práticas evidenciam a crescente centralidade da participação popular nas disputas eleitorais do período, indicando transformações nas formas de fazer política no cenário estadual, a partir de uma dinâmica em que a política se expandia para além das negociações entre elites, ocupando ruas, praças e espaços públicos, onde a população era mobilizada pelo propósito da vitória.

Um dos aspectos centrais evidenciados pela pesquisa foi o papel desempenhado pelos discursos políticos na atribuição de sentidos aos acontecimentos da campanha. Os episódios de conflito e violência foram apropriados politicamente e integrados à narrativa eleitoral, funcionando como instrumentos de mobilização, por meio da utilização das fontes impressas, se permitiu perceber como a circulação de narrativas contribuiu para ampliar o alcance dos embates políticos, reforçando interpretações específicas dos acontecimentos e influenciando a percepção pública da disputa. Contudo, mais do que analisar os periódicos em si, procurou-se compreender como esses registros atuaram como mediadores na construção de discursos políticos, evidenciando a interdependência entre imprensa, campanha eleitoral e formação da opinião pública.

A eleição também evidenciou permanências e mudanças na política paraibana. Se, por um lado, mantiveram-se práticas tradicionais associadas ao personalismo e à centralidade das lideranças políticas, por outro, percebe-se o fortalecimento de estratégias modernas de propaganda e mobilização, indicativas de um processo gradual de transformação da cultura política regional, situando-se em uma espécie de momento de transição, no qual elementos tradicionais coexistiam com novas formas de atuação política características do período democrático pós-1945.

Dessa forma, estudar a campanha de 1950 significa investigar como José Américo mobilizou símbolos de esperança, justiça e moralidade pública em uma sociedade profundamente desigual, utilizando o discurso político como instrumento de legitimação e negociação entre tradição e modernidade. A partir da análise de seus discursos, de fontes jornalísticas e de obras que examinam o contexto político da época, busca-se compreender como se estruturou essa “narrativa de esperança” que prometia a redenção dos pobres e a regeneração da Paraíba.

Espera-se que esta pesquisa contribua para futuras investigações sobre a história política regional, incentivando novas abordagens que considerem as eleições como fenômenos sociais amplos, atravessados por discursos, práticas culturais e experiências coletivas. Ao evidenciar a centralidade da dimensão simbólica nas disputas eleitorais, o trabalho reforça a necessidade de compreender a política não apenas como exercício do poder formal, mas como processo histórico influenciado por narrativas, mudanças sociais e conflitos entre as classes de poder.

ANEXOS

ANEXO 1 – HINO DA CAMPANHA DE JOSÉ AMÉRICO

O Dr. José Américo, o Dr. José Américo vai vencer nas eleições.
 Pelo voto independente, pelo voto independente dos sinceros corações,
 Acenemos nossos lenços acenemos nossos lenços com a chama do ideal
 Brindemos em dessionatas, os claristas, passeatas, essa volta triunfal.

(Refrão) De pé ó pobres, vítimas da sorte!
 Com Deus e o povo, contra opressão.
 Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
 Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

Como outrora em 32, como outrora em 32, salva o povo do sertão.
 Traz agora a nossa terra, traz agora a nossa terra esperança e a redenção.
 Com Dr. José Américo, com Dr. José Américo a pobreza vencerá.
 E o dinheiro que é do povo e o dinheiro que é do povo só ao povo servirá.

(Refrão) De pé ó pobres, vítimas da sorte!
 Com Deus e o povo, contra opressão.
 Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
 Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

Paraíba escuta o canto, Paraíba escuta o canto que no sertão ecoou.
 Nas almas amarguradas que gritam pelas estradas Zé Américo nos salvou.
 Novamente a bandeira, novamente a bandeira na luta da redenção.
 Anuncia para o povo, Zé Américo vem de novo para nossa salvação.

(Refrão) De pé ó pobres, vítimas da sorte!
 Com Deus e o povo, contra opressão.
 Zé Américo é o candidato da pobreza e da religião.
 Pelo povo, contra fome, se levanta um grande nome!

ANEXO 2 – BOLETIM IMPRESSO DE JOSÉ AMÉRICO COM PADRE CÍCERO²⁵.

O PADRE CÍCERO e o Ministro JOSÉ AMÉRICO

O Grande Ministro JOSÉ AMÉRICO que salvou a Paraíba e o Nordeste em 1932, ao lado do virtuoso PADRE CÍCERO, um dos seus amigos e sincero admirador.

Salvará a Paraíba na Política, e na moralidade administrativa, em 3 de Outubro de 1950



— Um Documento que fala ao Coração e à Gratidão dos Sertanejos —

Nesta fotografia encontra-se o Ministro JOSÉ AMÉRICO, juntamente com o Padre Cicero Romão, Dr. Ruy Carneiro, Major Roberto Carneiro de Mendonça e o Dr. Luiz Vieira, Inspectôr das Obras Contra as Sêcas, naquele ano de 1932.

PROFECIA QUE SE REALIZA

Em 1932, quando o Senador JOSÉ AMÉRICO era Ministro da Viação, e RUY CARNEIRO, o seu Oficial de Gabinête, visitaram o veneravel Padre CÍCERO ROMÃO BATISTA, na cidade de Joazeiro, do Estado do Ceará, tendo êste declarado proféticamente:

“V. Excia. recebeu, neste momento, a missão histórica de salvar os nortdestinos desta sêca calamitosa, e em 1950 será chamado para salvar a Paraíba de uma calamidade politica”.

Dezoito anos depois, o Senador JOSÉ AMÉRICO volta às terras paraibanas, como candidato a Governador para realizar a sua missão histórica, profetizada pelo veneravel Padre CÍCERO ROMÃO BATISTA.

Paraibanos! Sertanejos! JOSÉ AMÉRICO é o mesmo Ministro de 1932 que vos salvou da Grande tragedia das Sêcas!

EM 3 DE OUTUBRO DE 1950

JOSÉ AMÉRICO SERÁ O VOSSO ‘GOVERNADOR!

RUY CARNEIRO O VOSSO SENADOR!

²⁵ O documento disponível no arquivo de José Américo, parte do arquivo dos governadores da Fundação Casa José Américo. Consultado no dia 23 de julho de 2025.

REFERÊNCIAS

FONTES

Iconografia

Arquivo de José Américo – Fundação Casa de José Américo.

Orais

CAMPANHA para Governador do Estado da Paraíba. José Américo de Almeida, 1950. Composição: Félix Araújo em 1950. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=VFRo1fC_Zqc&list=RDVFRo1fC_Zqc&start_radio=1 >

Periódicos

DIÁRIO DA MANHÃ. Recife, 1950. Hemeroteca Digital: Coleções Digitais de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> >

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1950. Hemeroteca Digital: Coleções Digitais de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Disponível em: < <https://memoria.bn.gov.br/hdb/periodico.aspx> >

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A palavra e o tempo (1037-1945-1950)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.: Fundação Casa José Américo, 1985.

ANGELI, D. S. **Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática.** In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas Souza Angeli. (Org.). Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens. 2ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 335-354.

ANGELI, Douglas Souza. **Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. **Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964)**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – PB.

BARBOSA, Jivago Correia. **Mobilizações políticas e a acirrada campanha eleitoral na Paraíba em 1950: José Américo (Coligação Democrática Paraibana) versus Argemiro de Figueirêdo (Aliança Republicana)**. In: XIV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH SEÇÃO PARAÍBA. Simpósio Temático 11: Poder, política e cultura política teoria social, história e historiografia. 14., 2010. Anais [...]. João Pessoa - PB, 2010. ISBN: 978-85-89674-67-6.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951–1956)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

BARBOSA, Jivago Correia; CITTADINO, Monique Guimarães. **A acirrada campanha eleitoral de 1950 na Paraíba: a “chacina da Praça da Bandeira” (9 de julho)**. In: II Colóquio Internacional de História: fontes históricas, ensino e história da educação, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 18 a 22 de outubro de 2010.

BATISTELLA, A. **Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau**. Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, 2012.

BATISTELLA, Alessandro. **Um conceito em reflexão: o “populismo” e a sua operacionalidade**. Revista Latino-Americana de História, v. 1, n. 3, Edição Especial – Lugares da História do Trabalho, mar. 2012.

BENEVIDES, Maria Victória. **Udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro. 1980**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Trad. Alcântara Nogueira. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957.

BOMFIM, L.B.; SOUZA JÚNIOR. **ENTRETEMPOS: História e memória da (des)apropriação na Praça da Bandeira em Campina Grande- Paraíba**. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. XVIII ENANPUR- Tempos em/de transformação- utopias, 2019.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. CPDOC/FGV - Fundação Casa José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB paraibano no imaginário social: O caso Félix Araújo na Fase da “Redemocratização” (1945-1953)**. Campina Grande: UEPB, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. 1. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. 328 p. ISBN 9788572443180.

CITTADINO, M. **Populismo e golpe de estado na Paraíba**. João Pessoa: Universitária UFPB/Idéias. João Pessoa: Universitária (UFPB)/Idéia, 1998. 189 p.

FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, p. 61-91.

FERREIRA, Jorge. **A transição democrática de 1945 e o movimento queremista**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FORTES, Alexandre. **Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo**. *Anos 90*, [S. l.], v. 17, n. 31, p. 173–195, 2010. DOI: 10.22456/1983-201X.18941. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/18941> >.

GUEDES DOS SANTOS NETO, Martinho; KAREN ALVES DOS SANTOS, Mariana. **O poder político e as configurações político-partidárias na Paraíba (1930-1950)**. *História, histórias*, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 137–170, 2024.

LIMA, Jailma Maria de. **“Taquei Detefon nos Brutos”: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955)**. Campina Grande -PB: EDUFPG, 2017. ISBN: 978-85-8001-219-4.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos nós e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111–153.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. 2012. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Por outro conceito de “populismo”: culturas e práticas políticas nos Cariris Velhos da Paraíba (1945-1950)**. In: XXVII Simpósio Nacional De História, Natal-RN, 2013.

MUSSI, Daniela e CRUZ, André Kaysel V. **Os populismos de Francisco Weffort**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p. 1-21, 2020.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. **Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano – O Tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SILVA, Aline Marques da. **Poder local na Paraíba durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947–1964)**. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Carla Schayane Costa. **A aurora da experiência democrática no município de João Pessoa-PB: poder local, câmara municipal e participação política (1945-1951)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Jean Patrício da. **A dupla face do estado novo na Paraíba: o Argemirismo e o Ruysmo (1937-1945)**. In: XIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH SEÇÃO PARAÍBA. Simpósio Temático 02: O Século da Espiral: política, economia e movimentos sociais no século XX. 13., 2008. Anais [...]. Guarabira - PB, 2008. ISBN: 978-85-8964-67-6

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Tradução de Mário Salviano Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da história de Campina Grande (1945–1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982.